



DOURO

Comunidade Intermunicipal



2021

Prestação de Contas

ÍNDICE

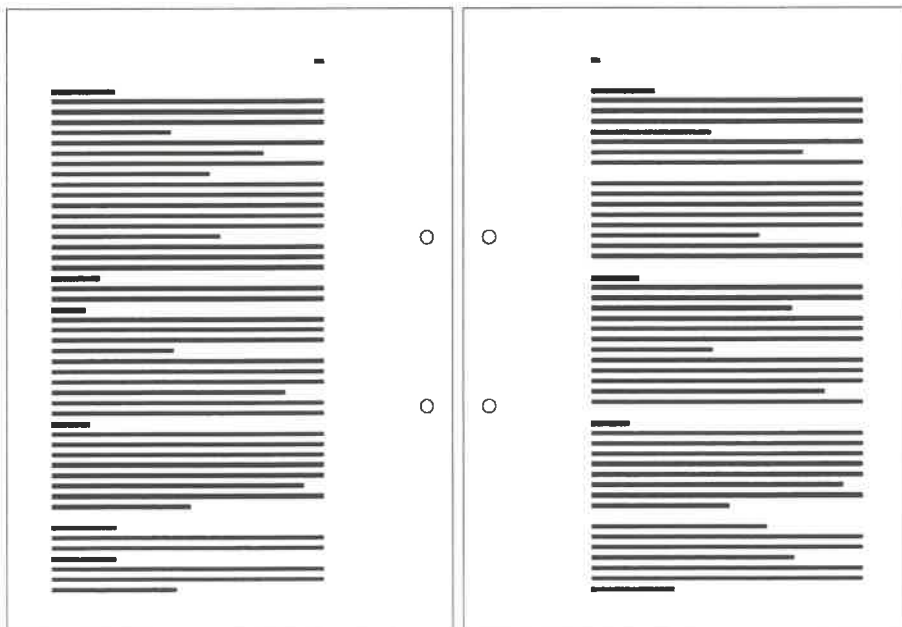
INTRODUÇÃO

Parte I - A CIMDOURO

Parte II - Relatório de Atividades e Gestão

Parte III - Demonstrações Orçamentais

- Desempenho orçamental;
- Execução orçamental da receita;
- Execução orçamental da despesa;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Execução do Plano Atividades Mais Relevantes (PAMR);
- Anexo às demonstrações orçamentais:
 - Alterações orçamentais da receita;
 - Alterações orçamentais da despesa;
 - Alterações ao plano plurianual de investimentos;
 - Alterações ao plano das atividades mais relevantes
 - Operações de tesouraria;
 - Contratação administrativa:
 - Situação dos contratos;
 - Adjudicações por tipo de procedimento;
 - Transferências e subsídios:
 - Transferências e subsídios – despesa;
 - Transferências e subsídios – receita;



Antes de imprimir este documento pense bem se é mesmo necessário. Poupe eletricidade, papel e tinteiros/toner.
Se optar por imprimir, este documento foi preparado para serem usados os dois lados da mesma folha durante a impressão.



A CIMDOURO

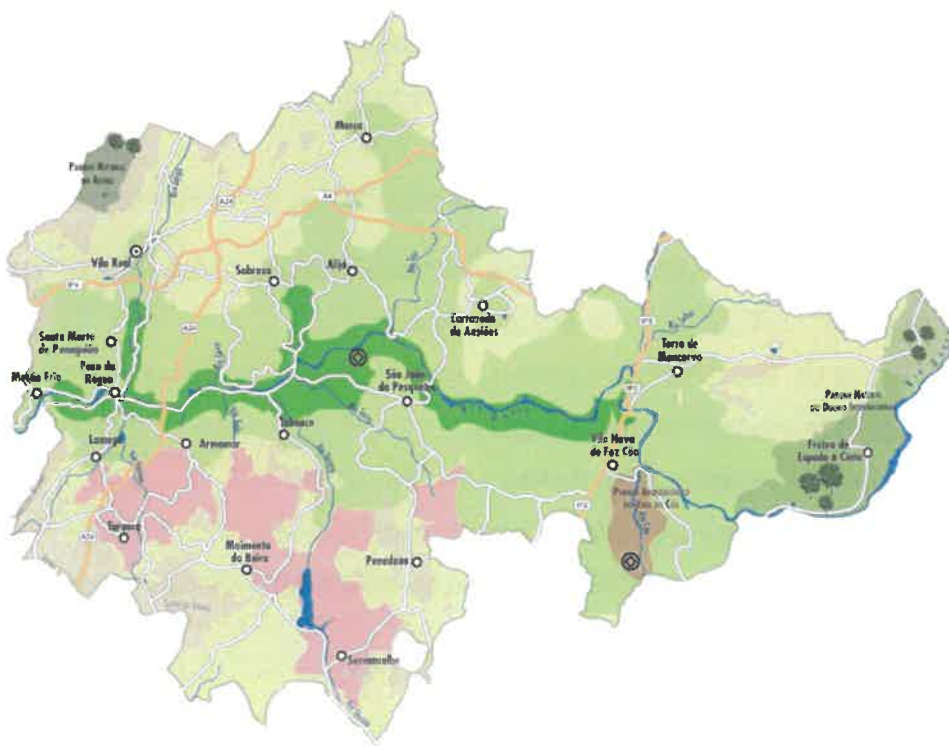
1 Enquadramento Legal

A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

A Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial de fins múltiplos e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo-se pela já referida Lei 75/2013 de 12, pelos Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis, fundada em 15 de janeiro de 2009.

2 Caracterização e competências

Abrangendo um trecho considerável do Vale do Douro a CIMDOURO corresponde à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUTS III) Douro e é composta pelos Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Peso da Régua, Penedono, S. João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Semancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.



O território possui uma área aproximada de 4 030 Km² correspondendo a 19% do território da Região Norte, onde se estima que residiam, em 2021, 183 886 habitantes^[1], com uma densidade populacional de 45,6 hab./km², valor inferior ao referencial do país (115,3 hab./km²) e da NUTS II Norte (168,6 Hab./km²) para o mesmo ano. Entre 2011 (últimos censos definitivos) e 2021 (censos provisórios), a região terá sofrido uma diminuição do quantitativo demográfico (-10,4% de residentes). É, pois, um território de baixa densidade, reflexo de um conjunto de fatores associados, em grande parte, ao declínio demográfico, por sua vez associado ao abandono dos espaços rurais, aos fluxos migratórios e ao envelhecimento da população

A área da CIMDOURO, abrange uma zona de excepcional riqueza e excelência patrimonial ancorada na Região Demarcada do Douro, que inclui a área do Alto Douro Vinhateiro, e do Vale do Côa, locais classificados como Património da Humanidade pela UNESCO.

A CIMDOURO pretende ser um parceiro regional, capaz de impulsionar, conciliar e harmonizar estratégias para o desenvolvimento sustentado da região e tem como missão potenciar o desenvolvimento integrado e sustentável do Douro e reforçar a identidade conjunta da Região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias.

Sem prejuízo das atribuições transferidas pela Administração Central e pelos municípios que a integram, a CIMDOURO tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos FEEI;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Cabe ainda à CIMDOURO assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;

¹ INE. Censos 2021 (Dados provisórios). 2021

- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Cabe também à CIMDOURO exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que a integram, nos termos da lei.

Cabe, finalmente, à CIMDOURO designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

3 Visão e Missão

A CIMDOURO, tem como **Visão**, ser um parceiro regional, capaz de impulsionar, conciliar e harmonizar estratégias para o desenvolvimento sustentado da região e como **Missão** potenciar o desenvolvimento integrado e sustentável do Douro e reforçar a identidade conjunta da Região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias.

A projeção da Visão, no horizonte temporal 2030, para o território do Douro - identificada como ponto de chegada desejável (resultados da estratégia a construir), deverá, sempre, tomar em consideração aquilo que é marcadamente distintivo desta região face aos restantes territórios nacionais e à escala internacional, que se constituirão como esteios fundamentais do processo de desenvolvimento da região do Douro. Os esteios da região são a forte matriz identitária onde a vinha, vinho, paisagem, património e cultura convivem e se mesclam, enquanto fatores distintivos e de reconhecido valor mundial, a que acresce um rio e um forte potencial turístico, enquanto ativos de elevado valor diferenciador.

Assim, até 2030, a região do Douro quer ser um território com forte matriz identitária, inteligente, inclusivo e integrado, que promove e reforça a sua cultura e tradições, uma viticultura terroir, a competitividade e a coesão económica e social e se afirma, cada vez mais, como região de referência pela valorização dos seus produtos endógenos e ofertas turísticas, à escala nacional e internacional, e por uma governação de concertação e cooperação interinstitucional.

4 Estrutura organizacional

A estrutura funcional da CIMDOURO está definida nos termos da Lei n.º 77/2015 de 29 de julho, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e estatuto do respetivo pessoal dirigente.

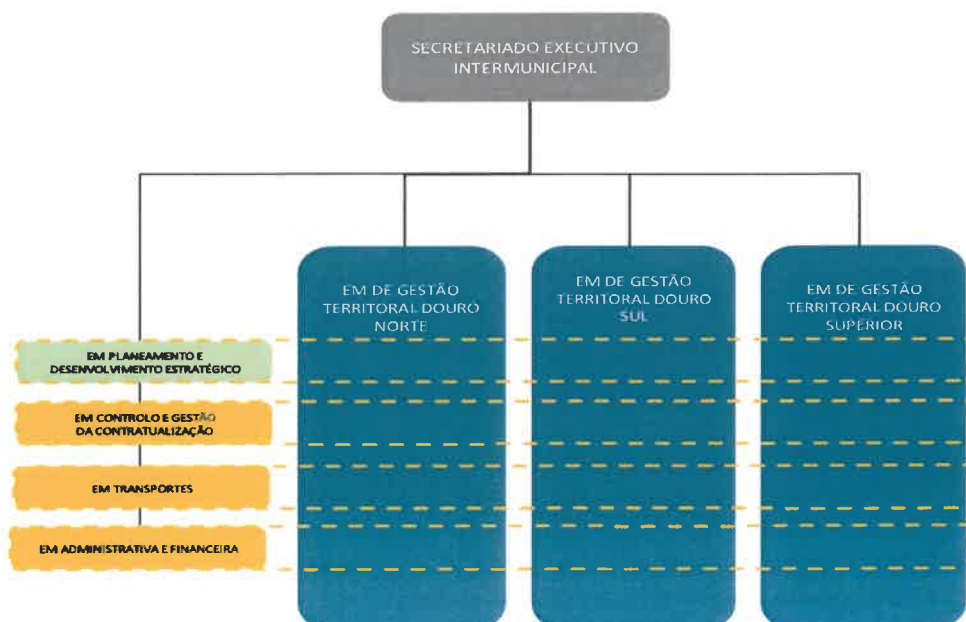
A CIMDOURO dispõe de um regulamento interno de serviços, nos termos e condições previstas na referida Lei.

A CIMDOURO tem sede na Avenida Carvalho Araújo, n.º 7, em Vila Real e delegações em Lamego e Torre de Moncorvo.

O funcionamento dos serviços desenvolve-se no quadro jurídico definido pela lei e pelos estatutos e orienta-se pelos seguintes princípios:

- Os serviços orientam a sua atividade para a prossecução dos objetivos definidos pelos órgãos da CIMDOURO;
- A gestão atende aos princípios técnico-administrativos da gestão por objetivos, do planeamento, programação, orçamentação e controlo das suas atividades;
- A estrutura de serviços pode ser do tipo matricial, flexível e dinâmica de modo a garantir a plena operacionalidade de uma organização de pequenas dimensões;
- A participação e responsabilização dos trabalhadores.

A estrutura orgânica da CIM, é de cariz matricial, permite que as áreas operativas dos serviços se desenvolvam através da criação de equipas multidisciplinares, conforme organigrama abaixo.



A CIMDOURO tem uma equipa técnica que reúne um conjunto de competências técnicas diversificadas a qual assegura o apoio técnico aos diferentes órgãos, composta por 10 técnicos superiores e 2 Assistentes Técnicos, que conjuntamente com 2 elementos do Secretariado Executivo Intermunicipal, compõem o Mapa de Pessoal da CIM.

5 Órgãos Sociais

A CIMDOURO tem como órgãos sociais a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (que atualmente ainda não se encontra instalado).

5.1. Assembleia Intermunicipal

Órgão deliberativo da CIM, constituído por 50 membros das Assembleias Municipais dos municípios que integram a Comunidade.

Não tendo até 31DEZ2021 sido instalada a Assembleia Intermunicipal resultante das eleições autárquicas de 2021, a atual Assembleia Intermunicipal, corresponde à instalada em 24 de abril de 2018, e é constituído pelos membros a seguir indicados, que elegeram, naquela data, a Mesa infra:

- Mesa
 - Presidente: Agostinho Jorge Assunção Marafão
 - Vice-Presidente: Carlos Manuel Pombo Soares da Silva
 - Secretária: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira
- Membros
 - Alijó: Rui Francisco Morais Lopes, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, António Luís Pereira e António Joaquim Fernandes;
 - Armamar: Mário Torres Marta e Luís Miguel Pires Cardoso Pinto;
 - Carrazeda de Ansiães: Rui Augusto Morais Barata e Maria da Graça Matos de Castro Martins;
 - Freixo de Espada à Cinta: António Augusto Guerra Nunes dos Reis e Ivo André Quintas Palmeirão;
 - Lamego: José Rodrigues Lourenço, Miguel Ângelo Sousa Dias Ferreira Mota, Nuno Romeu Cardoso Sequeira e José Manuel Lourenço Correia;
 - Mesão Frio: Carlos Manuel Pombo Soares da Silva e André Filipe Miranda Monteiro;

- Moimenta da Beira: José Manuel Andrade Ferreira, Fernando Manuel Trinta Lopes, Maria Teresa Adão Chaves e Sidónio Clemêncio da Silva;
- Murça: Carlos Ramos da Silva e Arménio Octávio de Carvalho Ribeiro;
- Penedono: Maria Helena Bernardo Cabral e Tiago Miguel Xavier Vasconcelos;
- Peso da Régua: Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade, Mário Jorge Quifones Janeiro, Raul Jorge Sousa Pinto Carvalho Gonçalves e Carla Sofia Marracho Borges;
- Sabrosa: Manel António Sá e Luís António Ribeiro Almeida;
- Santa Marta de Penaguião: José Emílio Esteves da Silva e Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio;
- São João da Pesqueira: Vítor Adelino Porfírio Tomé e João Olindo Fonseca Magalhães Soares Monteiro;
- Sernancelhe: José Agostinho do Nascimento Aguiar e Paulo Jorge Pereira Pinto;
- Tabuaço: Leandro Filipe Almeida Carvalho Macedo e Anabela Susana Paiva Martins Oliveira;
- Tarouca: Rui Manuel da Costa Pereira e António Luís Carrapa Sarmento;
- Torre de Moncorvo: Luís Miranda Rei e João Augusto Leal Leonardo;
- Vila Nova de Foz Côa: Agostinho Jorge Assunção Marafão e João Alberto Patrício;
- Vila Real: Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia, José Monteiro dos Santos, Sónia Isabel Esteves Cruz, Tiago José Rodrigues Monteiro, Maria Elisabete Ferreira Correia Matos e Fernando António Pádua Correia de Azevedo.

5.2. Conselho Intermunicipal

Órgão executivo e deliberativo da Comunidade Intermunicipal, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos 19 municípios integrantes da Comunidade, sendo de entre eles eleito o Presidente e dois vice-presidentes.

O atual Conselho Intermunicipal, resultante das eleições autárquicas de setembro de 2021, é constituído pelos membros a seguir indicados que, em 26 de outubro de 2021, elegeram o Presidente e os dois Vice-presidentes:

- **Presidente**
 - Carlos Silva Santiago (PCM Sernancelhe)
- **Vice-Presidentes**
 - Luís Reguengo Machado (PCM Santa Marta Penaguião)

- Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves (PCM Torre de Moncorvo)
- Vogais
 - José Rodrigues Paredes (PCM Alijó)
 - João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca (PCM Armamar)
 - João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves (PCM Carrageda de Ansiães)
 - Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira (PCM Freixo de Espada à Cinta)
 - Francisco Manuel Lopes (PCM Lamego)
 - Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva (PCM Mesão Frio)
 - Paulo Alexandre de Matos Figueiredo (PCM Moimenta da Beira)
 - Mário Artur Correia Lopes (PCM Murça)
 - Cristina Maria Ferreira (PCM Penedono)
 - José Manuel Gonçalves (PCM Peso da Régua)
 - Maria Helena Marques Pinto da Lapa (PCM Sabrosa)
 - Manuel António Natário Cordeiro (PCM São João da Pesqueira)
 - Carlos André Teles Paulo de Carvalho (PCM Tabuaço)
 - Valdemar de Carvalho Pereira (PCM Tarouca)
 - João Paulo Lucas Donas Botto Sousa (PCM de Vila Nova de Foz Côa)
 - Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos (PCM de Vila Real)

5.3. Secretariado Executivo Intermunicipal

Órgão executivo da CIM, cujos membros são eleitos pela Assembleia Intermunicipal com base numa proposta do Conselho Intermunicipal.

Não tendo ainda havido a eleição do um novo Secretariado para o corrente mandato, mantem-se em funções o Secretariado Executivo Intermunicipal eleito em 7 de dezembro de 2018:

- 1º Secretário Executivo Intermunicipal
 - Paulo Alexandre de Noronha e Abreu Osório
- Secretários Executivos Intermunicipais
 - Artur Gomes da Silva
 - João Manuel Campos Rodrigues

6 Recursos

Em termos de instalações, a CIMDOURO é proprietária desde 2015 (e em resultado da transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Vila Real) do edifício-sede, sito no n.º 7 da Avenida Carvalho Araújo, em Vila Real. Trata-se de um edifício de R/C e 2 pisos, ocupando a CIM uma parte do R/C onde está instalada uma sala de formação e o 1º piso, onde estão instalados os serviços e existe uma sala de reuniões. O restante R/C está cedido à Associação Promotora do Circuito de Vila Real e o 2º piso à Câmara Municipal de Vila Real.

Em termos de recursos humanos a CIMDOURO dispõe de 14 colaboradores, afetos às Equipas multidisciplinares previstas no Regulamento Interno da seguinte forma:

- Um Secretariado Executivo Intermunicipal composto por um Primeiro Secretário e 2 Secretários Intermunicipais;
- Cinco técnicos superiores afetos à Equipa Multidisciplinar de Gestão dos Fundos Estruturais, (Estrutura de Apoio Técnico à delegação de competências da Autoridade de gestão do NORTE2020, criada no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Douro);
- Cinco técnicos superiores na Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico;
- Dois assistentes técnicos na Equipa Multidisciplinar de Gestão dos Fundos Estruturais.

I. Introdução

Nota Prévia

O presente relatório, elaborado pelo Secretariado Executivo Intermunicipal, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO), é apresentado numa fase de grande inquietação perante a situação de pandemia que ainda vivemos, e que nos tem imposto uma nova forma de relacionamento e de trabalho.

O ano de 2021 corresponde ao ano de conclusão do ciclo autárquico que se iniciou em 2017. As eleições de setembro de 2021 marcam o encerramento de um mandato e o início de um outro.

Por outro lado, o ano de 2021 não correspondeu ao fim do contexto pandémico. Apesar de todo o esforço que foi feito no combate à propagação da Covid-19, este foi ainda um ano altamente condicionado pelo desenrolar da pandemia, marcado por todos os constrangimentos que tal situação acarretou.

Os objetivos definidos nos Instrumentos Previsionais para 2021, foram a referência do trabalho da CIMDOURO, pese embora a atividade geral da CIM ter sido ainda bastante afetada pela pandemia, sobretudo em áreas como a cultura, e formação e as atividades com as escolas.

Os órgãos da CIMDOURO desenvolveram a sua atividade, com as reuniões mensais do Conselho Intermunicipal, quinzenais do Secretariado Executivo Intermunicipal, as reuniões devidas da Assembleia Intermunicipal.

A atividade desenvolvida pela CIMDOURO durante o ano em apreço, esteve em consonância com os fins definidos no artigo 3º dos Estatutos, nomeadamente: a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território da NUTS III Douro; a articulação dos investimentos municipais de interesse Intermunicipal e a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do NORTE 2020;

Para a prossecução destas finalidades, consolidou-se a estratégia iniciada nos anos anteriores, a qual tem permitido economias de escala e a otimização de toda a estrutura técnica, mercê do empenhamento colocado nas missões que a cada um foram distribuídas.

O ano de 2021 ficou marcado, pela atividade da CIMDOURO enquanto Autoridade de Transportes, pelas tarefas de reprogramação global do Programa Operacional Regional do Norte, e pelo início do processo para a requalificação da linha ferroviária do Douro e pelo lançamento do Passaporte Douro com instrumento de promoção turística e de marketing territorial.

A gestão do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Douro e a apresentação de candidaturas no âmbito do Portugal 2020, continuaram a ser o motor da atividade técnica, para além de uma intensa atividade de representação e afirmação política.

Desta forma estamos em crer que a CIM cumpriu, na medida do possível face aos tempos atuais, não só o seu Plano de Atividades delineado nos Instrumentos Previsionais, assim como os seus desígnios, impulsionando novas dinâmicas intermunicipais, perseguindo a visão de promoção do crescimento e da sustentabilidade em todo o território do Douro.

Para melhor esclarecimento do que se acaba de referir, descrever-se-ão de seguida os aspetos mais relevantes da estrutura e da atividade institucional.

Enquadramento macroeconómico

De acordo com o relatório do orçamento do estado para 2022 (não aprovado), a atividade económica mundial apresentou uma forte recuperação em 2021, devendo o crescimento do produto interno bruto (PIB) situar-se próximo dos 6%, após uma quebra sem precedentes em 2020 causada pela pandemia de COVID-19. Após um crescimento moderado no primeiro semestre, o qual foi influenciado pelo agravamento da pandemia no início do ano em alguns países, espera-se um maior dinamismo a partir do segundo semestre, liderado pelas economias avançadas, refletindo o avanço da vacinação, as medidas de apoio à economia e o impacto de uma maior flexibilidade nas medidas de restrição à atividade económica.

A economia da área do euro tem estado também a recuperar rapidamente, apesar de alguma incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e dos estrangulamentos do lado da oferta. A retoma mais forte do que o esperado no segundo trimestre de 2021 deverá prolongar-se no segundo semestre, sendo exetável que se supere o nível anterior à crise em finais de 2021. Globalmente, o crescimento do PIB previsto para a área do euro deverá situar-se em torno de 5% em 2021 (-6,5% em 2020), em resultado do contributo positivo da procura interna (especialmente do consumo privado e do investimento residencial), impulsionado pela diminuição da incerteza e pela recuperação do rendimento disponível real das famílias.

Em 2021, a economia portuguesa caracterizou-se pela recuperação forte da atividade económica, a partir do segundo trimestre do ano, após observar em 2020 a quebra da atividade económica (-8,4%) mais acentuada desde 1995, seguida de uma quebra de -5,7% no primeiro trimestre do ano, decorrente das várias vagas da pandemia de COVID-19. Apesar da quebra registada no primeiro trimestre do ano, a economia portuguesa registou uma evolução positiva no primeiro semestre de 2021, com o PIB real a crescer, em termos homólogos, 4,3% (-10,3% no primeiro semestre de 2020). Para a recuperação rápida da economia contribuíram a melhoria da envolvente externa, o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento, em paralelo com a elevada taxa de vacinação contra a doença COVID-19, e os programas de estímulo económico, tanto a nível nacional quanto europeu. Os indicadores disponíveis, especialmente os relativos à evolução do consumo privado, indiciam uma aceleração da recuperação da atividade económica. Com efeito, o Instituto Nacional de Estatística prevê que a economia portuguesa cresça 4,6% em 2021.

II. Atividade

O ano de 2021 continuou a ser um ano profundamente marcado pela imprevisibilidade. Ainda que o ano anterior tenha permitido muitas lições de experiência, e que com essa aprendizagem tenha sido possível uma gestão mais assertiva, a evolução dos números pandémicos continuou a ser um elemento de instabilidade e de introdução de imprevisibilidade na execução daquilo que foi planeado.

Este contexto continuou a ter impactos muito significativos quer no funcionamento dos serviços - que apesar da adaptação ao teletrabalho, sempre que possível e necessário, vieram registando diversos casos e isolamentos profiláticos, ou por existência de casos positivos ou por confinamento devido a contactos de risco ou, ainda, para auxílio e apoio à família- quer originando dificuldades de aplicação dos financiamentos comunitários aprovados.

Acresce que muitos dos projetos ligados à cultura, turismo e formação tiveram as suas atividades/ações suspensas devido à COVID-19, pelo que foram reprogramados para que as suas atividades/ações fossem retomadas e efetivamente executadas em 2022.

Em 2021, a atividade da CIMDOURO manteve-se fiel às premissas e prioridades dos instrumentos previsionais aprovado para o ano. Neste ciclo político, as prioridades agregaram-se nos objetivos estratégicos transversais, que se passam a analisar, de forma resumida, relativamente ao ano económico em apreço.



COMPETITIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Desenvolvimento Económico

Na sequência do lançamento, em 2020 Secretaria de Estado Adjunta e do Desenvolvimento Regional, do projeto de uma plataforma informática dirigida aos empreendedores e famílias destinada a permitir o conhecimento de incentivos e apoios a conceder pelas autarquias locais, assim como a dar visibilidade às infraestruturas e equipamentos de suporte à atividade económica existentes em cada concelho, designada como **T-Invest**, no ano de 2021 foi concluído o processo de recolha de informação junto dos Municípios da respetiva área territorial, relativa a áreas de acolhimento empresarial e ainda aos incentivos locais às empresas e famílias.



Tendo a informação recolhida sido transmitida á CCDRN, prevê-se que em 2022 esta plataforma esteja operacional e para ela possa migrar a plataforma de visualização das áreas de acolhimento empresarial que atualmente a CIM possui.

Estratégia de Valorização Económica dos Recursos Territoriais

No atual período de programação 2014-2020, foi reforçada a necessidade de promover estratégias de competitividade territorial suportadas nos recursos endógenos dos territórios. O PROVERE, enquanto estratégia de valorização económica de base territorial, tem como objetivo fomentar a competitividade desses espaços através da dinamização de atividades de base económica inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos do território, por via de uma estratégia para o desenvolvimento integrado do território, procurando traduzir o envolvimento e o compromisso entre agentes públicos e privados numa perspetiva de complementaridade e de eficiência coletiva.



Neste sentido, e uma vez que a valorização económica dos recursos endógenos terá impactos na atividade económica local, na criação de emprego, no reforço da cadeia de valor e na visibilidade dos recursos territoriais do Douro, a CIM liderou o consórcio do PROVERE Douro, tendo a EEC PROVERE DOURO, no início de 2021 uma dotação para os projetos âncora de 17 940 341 € de FEDER.

O PROVERE DOURO 2020 continua a privilegiar o mix de recursos territoriais endógenos característico da sua área de intervenção, funcionando como um todo identitário, singular e transversal, quer seja aos recursos naturais e à biodiversidade, ao património histórico e cultural e aos saberes tradicionais. As operações âncora propostas na EEC do PROVERE DOURO, são intervenções em que o turismo se desenvolve transversalmente ao território e cria sinergias e complementaridades com outros setores de atividade, sejam eles mais tradicionais ou mais inovadores.

Em 2021 foi aprovada uma reprogramação ao Plano de Ação, que passa agora a contar com 51 projetos âncora e 175 projetos complementares, com uma dotação global para os projetos âncora de 24 987 648 € de FEDER.

Prende-se essencialmente com a prossecução da EEC do PROVERE DOURO 2020, a execução do seu Plano de Ação e da dinamização do seu consórcio, dando continuidade à implementação dos projetos âncora e complementares.

No que aos projetos âncora titulados pela CIMDOURO diz respeito, em 2021 foi dada continuidade ao projeto de gestão da “EEC PROVERE DOURO 2020” e dinamização da parceria e iniciados os trabalhos da fase I do projeto de Marketing Territorial (Fase I). No início de 2021 foi aprovada a candidatura NORTE-06-3928-FEDER-000216 [Sinalização Turística do Douro (Fase I)], no valor de 208 485,00 €, com um cofinanciamento FEDER do NORTE2020 de 157 347,75€ (75,47%), cuja fase de projeto foi contratada e executada em 2021.

A concretização financeira destas atividades está expressa em sede de DEPAMR ^[1] e DEOD, onde se encontram os valores pagos em 2021.

Caminhos de Santiago – Caminho de Torres

O Caminho de Torres é um dos mais originais caminhos de peregrinação que cruzam o território português, assentando numa sólida base histórica, proporcionada pelos muitos vestígios patrimoniais e imateriais relacionados com o culto a Santiago no seu trajeto, e unificada pelo itinerário que Diego de Torres percorreu no ano de 1737 para peregrinar entre Salamanca e Santiago de Compostela.



**CAMINHO
DE SANTIAGO
TORRES**

Com o objetivo de tornar este caminho reconhecido nacional e internacionalmente as Comunidades Intermunicipais do Douro, Tâmega e Sousa, Ave, Cávado e Alto Minho apresentaram em março de 2016 ao NORTE 2020 a candidatura “Valorização Cultural e Turística do Caminho de Santiago – Caminho de Torres”, que pretendeu dotar o Caminho de valências próprias de apoio aos peregrinos, semelhantes às já existentes para outros itinerários peregrinatórios em Portugal e em Espanha, tendo sido aprovada em outubro de 2016 (com um investimento elegível global de 1 M€), correspondendo a participação da CIMDOURO a 236 340€ com um cofinanciamento FEDER do NORTE2020 de 200 889€.

O ano de 2021 foi o ano de encerramento da candidatura, tendo sido realizado o I Congresso Internacional do Caminho de Santiago- Caminho de Torres em 17 e 18 de junho de 2021 no Centro Cultural de Amarante e efetuadas sessões de apresentação do Caminho em Salamanca e em Santiago de Compostela.

Foi também desenvolvida pela CIMDOURO a contratação da produção de vídeos de promoção que integram as campanhas de marketing digital.

A concretização financeira desta atividade está expressa em sede de DEPAMR ^[2] e DEOD, onde se encontram os valores pagos em 2021 quer referentes à nova contratação de 2021, quer às anteriores atividades promovidas pela CIMDOURO que tiveram também execução financeira.

Sistema de Informação Cadastral Simplificado

Considerando a necessidade de conceção e operacionalização de uma solução técnica que permita a georreferenciação dos limites de



¹ 2020.01 (Sinalização Turística do Douro)
2020.02 (Gestão da “EEC PROVERE DOURO 2020” e dinamização da Parceria)
2020.03 (Marketing Territorial) }

² 2017.08 (Valorização Cultural e Turística do Caminho Português de Santiago – Caminho de Torres)

propriedade rústica a implementar nos municípios onde não existe cadastro geométrico de propriedade rústica ou cadastral predial (SINERrGIC) identifica-se, decorrente da abertura do concurso para apresentação de candidaturas, a oportunidade de implementação do serviço de informação cadastral simplificada.

Neste sentido, e de forma a garantir a capacidade institucional da administração local para o exercício das competências que lhe são confiadas, na organização e no desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificada, nomeadamente, no procedimento de representação gráfica georreferenciada, a CIMDOURO, submeteu em 16-11-2020 a candidatura NORTE-09-5762-FSE-000065 [Capacitação dos Serviços da Administração Pública do Douro Superior para a Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada] ao Aviso N.º NORTE-62-2020-23 do NORTE2020, que veio a ser aprovada em 03-05-2021, com um montante elegível de 371 923,63 € e uma contribuição FEDER do NORTE2020 de 316 135,09 € (85%) a ser executada entre 05-08-2021 e 31-12-2022. Apesar de titulada pela CIMDOURO a execução da candidatura abrangerá apenas parte dos municípios que a constituem: Carrageda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Neste âmbito, foi ainda celebrado, no início de 2021, um acordo de colaboração interinstitucional entre a CIMDOURO, os municípios de Carrageda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, o Instituto dos Registos e do Notariado e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, que regula um conjunto de ações, que preveem a expansão do sistema de informação cadastral simplificada; a partilha de informação e o acesso a comunicação e ao tratamento de dados entre as entidades, entre outros.

Os trabalhos foram iniciados em 5 de agosto de 2021, encontrando-se em sede de DEPAMR ^[3] e DEOD, os valores pagos referentes à execução das atividades cometidas à CIMDOURO.

Autoridade de Transportes

Com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, a CIMDOURO é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na sua área geográfica, podendo ainda ser autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, se os municípios lhe delegarem essa competência, sendo responsável pela definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a atribuição, a fiscalização, o



³ 2021.04 (Sistema de Informação Cadastral Simplificada)

investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros.

Neste âmbito a CIMDOURO assumiu as suas competências como Autoridade de Transportes Intermunicipal (ATI) para os serviços intermunicipais, assim como para os serviços municipais dos 15 municípios que lhe deliberaram delegar as suas competências enquanto Autoridades de Transportes (Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Mesão Frio, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) e para os serviços inter-regionais que por contrato interadministrativo com outras CIM são de também de responsabilidade da CIMDOURO.

O ano de 2021, foi para a CIMDOURO, enquanto ATI, mais um ano de intenso trabalho, centrado na gestão do sistema de transportes em situação de pandemia, tendo sido negociada e operacionalizada uma rede de transportes públicos com os municípios e os operadores e acordada uma compensação para a execução destes transportes, com a celebração de acordos tripartidos entre a CIM, os operadores e os municípios. No âmbito do PART, que visa o financiamento das Autoridades de Transporte para o desenvolvimento de ações que promovam a redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo, bem como o aumento da oferta de serviço e expansão da rede, foi aprovada a manutenção para o ano de 2021 das medidas implementadas em 2020, que inclui a manutenção do desconto de 25% nas assinaturas dos serviços rodoviários e ferroviários. No âmbito do PROTransP – Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, que visa o financiamento de ações que promovam o reforço e a densificação da oferta de transporte público coletivo, bem como financiamento de serviços de transporte público considerados como serviços essenciais, foi aprovada a manutenção da medida de financiamento de serviços de transporte público considerados como serviços essenciais, que vinha já de 2020, de modo a garantir a reposição da oferta de transporte e adaptação da mesma em função das reais necessidades da população durante as diversas fases de implementação de medidas adicionais de combate à pandemia

Por outro lado foi finalizada a preparação do concurso publico de concessão que envolveu o redesenho da rede a colocar a concurso face às novas necessidades de mobilidade, identificação dos públicos-alvo e desenho da estrutura do serviço com definição da rede, tipo de veículos, tecnologia bilhética e sistemas de informação ao público, tendo sido realizado um conjunto de reuniões de ajustamento.

Para além destas atividades a ATI da CIMDOURO, em sede de formulário de autorização submetido pelos operadores ao IMT, IP, tem emitido pareceres prévios quanto à viabilidade do serviço de transporte expresso. Paralelamente procede à articulação dos serviços da sua competência com os serviços da competência de outras autoridades de transporte das áreas geográficas adjacentes.

A atividade da ATI é geradora de um elevado volume de encargos financeiros, decorrentes da compensação por obrigações de serviço público, encontrando-se em sede de DEPAMR, DEPEPI^[4] e DEOD, os valores pagos referentes à execução das atividades cometidas à CIMDOURO, que tiveram como contrapartida as receitas identificadas no Mapa das Transferências e subsídios recebidos apresentado na parte II deste documento provenientes do Fundo Ambiental (relativas ao PART e ao PROTRANSP), do Fundo do Serviço Público de Transportes, para além das participações municipais.

Vias estruturantes do Douro



Uma infraestrutura forte, moderna e confiável é essencial para garantir empregos, crescimento e competitividade na região do Douro. Dada esta necessidade, a CIM tem vindo a intervir na necessidade do desenvolvimento de redes estruturantes de infraestruturas sustentáveis e interligadas em três domínios: rodoviário, ferroviário e fluvial..

- **Ferroviário (Linha do Douro):** A CIMDOURO tem vindo a lutar pela requalificação e a reativação da Linha do Douro até Barca D'Alva, devendo ser atualizados e aprofundados os estudos já realizados sobre a viabilidade da reativação da Linha do Douro, quer na vertente de transporte de passageiros, quer na vertente de transporte de mercadorias, com os consequentes contactos com o Reino de Espanha para a concretização do troço do lado espanhol até La Fuente de San Esteban (a 57 quilómetros de Salamanca, onde passa a linha internacional de Vilar Formoso para o País Basco e França).

A petição pública em defesa da “completa requalificação e reabertura da Linha Ferroviária do Douro até Barca d'Alva e Espanha”, que foi subscrita por mais de 13 500 pessoas, foi entregue no início de 2020 na Assembleia da República, tendo sido alvo de votação, já em 2021.

Na sequência desta iniciativa e de uma reunião entre a CIM, o Ministério da Coesão Territorial e o Ministério das Infraestruturas foi constituído em maio de 2021 um grupo de trabalho para o estudo e definição do modelo de reabertura do troço da Linha do Douro, entre o Pocinho e Barca d'Alva, cujas conclusões serão apresentadas em 2022.

- **Rodoviário (IC26):** Um outro projeto considerado estruturante para a região é a construção do IC26 - um itinerário previsto no Plano Nacional Rodoviário e pensado para começar em Amarante (IP4), passando pela Régua, Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, com término no IP2, em Trancoso (estabelecendo a Sul, a ligação à A25, através de Trancoso e a Norte à A24, através de Tarouca/Lamego) -, fundamental para o desenvolvimento económico e social de toda a região do Douro, reduzindo as distâncias entre localidades, facilitando a mobilidade de pessoas e mercadorias e permitindo reduzir o isolamento de todas

⁴ 2019.02 (Autoridade de Transportes Intermunicipal)

estas populações, contribuindo para a redução das barreiras geográficas entre o litoral e o interior. O IC26 é imprescindível para que os municípios de todo o território da CIM Douro ganhem um novo corredor de ligação à fronteira, por via da A24 e da A25, por onde podem transportar os produtos em direção a Espanha e à Europa.

- Fluvial (Douro's Inland Waterway 2020): Com um orçamento global de 76 milhões de euros e 3 fases, o “Douro's Inland Waterway 2020” é o único projeto fluvial que está incluído na rede TEN-T (que definiu os projetos prioritários em termos de rede transeuropeia de transportes) e visa melhorar as condições de segurança e os sistemas de comunicação e de informação ao longo de toda a Via Navegável, corrigir os constrangimentos no canal e nas eclusas de navegação e criar condições para que mais empresas possam usar o Douro como meio de transporte, colocando a via navegável em patamares de qualidade e segurança de acordo com os standards exigidos a nível europeu no contexto da rede principal das Redes Transeuropeias de Transportes. Para além de reforçar o crescimento regional, contribuindo para a captação de fluxos turísticos e para o desenvolvimento da economia local, a concretização do projeto contribui ainda para uma alternativa de transporte sustentável e limpa.

Na sequência da conclusão dos trabalhos preparatórios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e antes do envio formal à Comissão Europeia, o Governo colocou, no início de 2021, em discussão pública a versão final do PRR. Ciente da responsabilidade e do papel crucial que deve ter na defesa da região do Douro, a CIMDOURO, teve a oportunidade de apresentar a sua posição e dos municípios que representa sobre este documento que, pela sua dimensão e relevância estratégica e pelo seu impacto estrutural e ambição, é fundamental para impulsionar a recuperação económica e social, tendo efetuado, entre outras a proposta de inclusão no PRR destes três investimentos estruturantes para a região.



D2Gov Douro - Open Data

Em linha com os objetivos da União Europeia da criação gradual e harmonizada de uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) Europeia, descentralizada, baseada nas IDE's de cada Estado-Membro, tornando os dados geográficos mais acessíveis e eliminando obstáculos de utilização que possam existir, a CIMDOURO apresentou ao NORTE2020, no âmbito do Aviso NORTE-50-2019-57 (Promoção das TIC na administração e serviços públicos - 2019) a candidatura NORTE-09-0550-FEDER-000217 [D2GOV DOURO - OPEN DATA], que viria a ser aprovada em 25/03/2021, com um investimento elegível de 30 930,44 € e um cofinanciamento FEDER de 26 290,87 € (85%). A operação que visa integrar, através de uma infraestrutura de dados (open data), incluindo de dados espaciais, um vasto conjunto de informação crítica para o desenvolvimento regional do Douro, fornecendo-a ao público através de serviços e dashboards

customizáveis, permitindo a sua consulta e compreensão simplificada. A solução a desenvolver contemplará uma componente de serviços que possibilitem a edição por parte dos técnicos municipais e a criação de informação geográfica e mapas, garantindo o acesso a serviços de descarregamento por parte dos cidadãos e permitindo dar cumprimento à Diretiva Inspire que tem por objetivo a harmonização de dados (procedimentos) e a disponibilização de dados ao público (open data).

A infraestrutura de dados integrará três plataformas de informação anteriormente desenvolvidas pela CIM Douro (RIID, SAGMC e AEDOURO), mas que apresentam atualmente tecnologias distintas, estabelecendo ainda sinergias com os dados disponibilizados pela AEP - Associação Empresarial de Portugal. Deste modo, centralizar-se-á e integrar-se-á numa única solução, um conjunto de recursos fundamentais para suprir as necessidades dos cidadãos e empresas.

Na sequência da aprovação da candidatura foram estabelecidos alguns contactos para a sua operacionalização, tendo-se chegado à conclusão que a dotação financeira da mesma era insuficiente para se atingirem os objetivos pretendidos, tendo ficado a sua execução suspensa até poder ser garantido um reforço da dotação o que somente veio a ocorrer já em 2022. Assim, embora com dotações previstas, no DEPP⁵, a sua execução financeira foi nula.



SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL

Informação, Educação e Sensibilização para as Alterações Climáticas

A CIMDOURO, atenta às suas responsabilidades quer enquanto promotora da alteração ao Plano

DOURO
PIESAC-ADV

Plano de informação,
educação e sensibilização
para as alterações climáticas
Alto Douro Vinhateiro

Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV), quer enquanto agregador da administração local, bem como ao valor excecional do ADV e da mais-valia que a classificação da UNESCO acarreta para toda a região e, ainda, às consequências que as alterações climáticas representam para a região, entendeu que era necessária a realização de um conjunto de ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas, com particular foco para as suas consequências ao nível do património cultural e natural do ADV, traduzidas num Programa de Informação, Educação e Sensibilização para as Alterações Climáticas no Douro (PIESAC Douro), que foi candidatado ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), tendo sido aprovado em

⁵ 2021.02 (D2GOV DOURO)

2018, com um investimento elegível de 102 582€ e um cofinanciamento do Fundo de Coesão de 76 936,50€.

Para tal desenvolveu em 2019 um programa de ação cuja implementação que dotou a CIMDOURO de uma estratégia / programa de educação e sensibilização sobre o impacto das alterações climáticas no património do Alto Douro Vinhateiro, promotora de uma cultura de cooperação na adaptação transversal aos vários setores e atores-chave do território. Este programa contempla um conjunto concreto de atividades, designadamente: ações de educação e sensibilização para o público em geral; ações de educação e sensibilização para a comunidade escolar e ações de educação e sensibilização para as empresas (setor do turismo e setor vitivinícola).

Fruto da situação de pandemia, as ações de divulgação, previstas para 2020, foram adiadas para 2021, tendo sido realizadas online na semana da comemorações do dia do Alto Douro Vinhateiro (dez'21).

Em sede de DEPAMR^[6] encontram-se inscritas as despesas pagas em 2021, somente referentes ao pagamento final da elaboração do Plano, dado que, conforme anteriormente referido não foi possível a realização das ações presenciais de divulgação.

Cadastro das Infraestruturas de Água e Águas Residuais

A candidatura submetida no final de outubro de 2015 ao Aviso POSEUR 12-2015-16 - substrato financeiro para a elaboração do cadastro das infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de Abastecimento de Água (AA) e de Saneamento de Águas Residuais (SAR), de 15 Municípios associados da CIMDOURO – foi aprovada pela Autoridade de Gestão do POSEUR, em setembro de 2016, com um valor elegível de 3 284 874,35 € e um valor de fundo comunitário aprovado (Fundo de Coesão) de 2 792 143,20€.



Apesar do objetivo principal da operação colmatar uma lacuna de informação geográfica atualizada e em formato digital dos municípios do Douro que é o cadastro das infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de AA e de SAR (garantindo assim a sua gestão em formato digital através de Sistemas de Informação Geográfica, que juntam a componente descritiva dos ativos das redes à componente geográfica, ou seja, centralizando o conjunto de dados, georreferenciados, numa única interface) tem previstas outras componentes associadas tais como: controle de qualidade, consolidação das bases de dados e das aplicações SIG e respetiva ligação com as aplicações de sistemas de gestão e, por último, a aquisição de ortofotomapas para suporte ao cadastro.

⁶ 2018.01 [Programa de Informação, Educação e Sensibilização para as Alterações Climáticas no Douro (PIESAC Douro)]

Na sequência das impugnações judiciais do concurso público o procedimento esteve suspenso, não permitindo a execução dos contratos, até fevereiro de 2021, após decisão favorável à CIMDOURO do Supremo Tribunal Administrativo, tendo sido então remetidos os contratos para visto prévio do TC, que foi obtido no final de setembro de 2021.

Por esse motivo, os trabalhos do cadastro somente foram iniciados no último trimestre de 2021, não tendo sido efetuadas quaisquer outras aquisições neste ano, estando refletidos em DEPAMR⁷ os pagamentos efetuados sendo que em sede de DEPPI⁷ os pagamentos foram nulos.

Proteção Civil

No que concerne à proteção civil, a necessidade de precaver e mitigar as situações de acidente grave ou catástrofe e proporcionar um aumento de proteção à população, e da constatação de que apesar da existência de um vasto conjunto de informação ao nível da proteção civil e de gestão de riscos, verifica-se que esta encontra-se distribuída por diversas entidades, e nem sempre atualizada, que surgiu a necessidade a existência de um sistema centralizado de alerta, gestão e monitorização de catástrofes, que possibilitará o acesso dos agentes de proteção civil a informação suplementar sobre os riscos e fenómenos, que aumentará a capacidade de resposta em caso de ocorrência, e diminuirá o tempo necessário para a resposta a potenciais emergências.



Nesse sentido, a CIMDOURO tem em operação uma plataforma de base tecnológica (<https://sagmc.eu/>), de apoio ao planeamento e gestão de riscos no âmbito da proteção civil - Sistema de Alerta, Gestão e Monitorização de Catástrofes (SAGMC) do Douro – aprovada pelo POSEUR. Deste sistema fazem parte um conjunto de estações meteorológicas municipais, que foram instaladas em todos os concelhos durante o ano de 2019, tendo-se previsto a sua ligação ao sistema em 2020, o que não foi possível de concretizar na sua totalidade, face à situação de pandemia que dificultou a deslocação aos locais e a interação com os técnicos municipais, tendo sido em 2021 efetuada esta ligação.

Na sequência da entrada em operação das estações foi efetuada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera uma solicitação à CIMDOURO para a utilização dos dados meteorológicos na otimização dos modelos de previsão do risco de incêndios rurais na região do Douro, tendo o sistema estado em testes em 2021, prevendo-se que os dados recolhidos possam ser usados para as previsões em 2022.

⁷ 2017.05 (Elaboração do cadastro das infraestruturas de água e saneamento em baixa no Douro)

Defesa da Floresta Contra Incêndios

Em sequência do estabelecido na Estratégia Nacional para as Florestas o Governo, no sentido de aumentar a resiliência do território, promoveu uma nova lógica de intervenção no território florestal, criando Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais, alterando o patamar territorial de planeamento e dando capacidade de intervenção pública através da criação de Brigadas Especiais de Sapadores Florestais com competências, nomeadamente, no âmbito de ações de silvicultura preventiva e de intervenção e emergência pós-fogo.



Para tal, através do ICNF e por via do Fundo Florestal Permanente, a CIMDOURO candidatou, e viu aprovada, a continuação do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal (GTFI) para 2020 e 2021, com a missão contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais na sua área de intervenção, através da divulgação das políticas florestais, disponibilização e difusão de informação técnica de âmbito florestal.

Fruto da pandemia, também a atividade do GTFI foi fortemente afetada, tendo tido apoiado no acompanhamento da situação epidemiológica e mantido contactos regulares com os GTF municipais.

Por outro lado, tendo em vista contribuir para o reforço da segurança dos territórios, por via de ações destinadas à sensibilização e dotação de equipamentos destinados à proteção e socorro das populações a CIM submeteu ao NORTE2020, no âmbito do Aviso NORTE-14-2019-26 (Proteção contra riscos de incêndios) a candidatura NORTE-04-2114-FEDER-000578 [DFCI Douro] que foi aprovada em 13/05/2021 com um investimento elegível de 143 330,94 € e um cofinanciamento FEDER de 121 831,30 € para a construção de pontos de água em Carrageda de Ansiães, Sabrosa e Vila Real, bem como para a edição e distribuição de material informativo de proteção contra incêndios rurais. Em 2021 foram realizados os trabalhos da construção do ponto de água de Carrageda de Ansiães, prevendo-se em 2022 os trabalhos dos outros 2 pontos de água, bem como a edição do material de divulgação.

Em sede de DEPPI e DEPAMR^[8], encontra-se expressa a execução financeira desta candidatura.

Gestão Integrada de Fogos Rurais

Substituto do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios de 2006, o novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) - instituído pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de

⁸ 2020.04 (DFCI Douro)

outubro, e com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2022 – vem introduzir alterações estruturais no modelo de prevenção e combate a incêndios rurais, bem como a forte mobilização de entidades públicas e privadas, num objetivo ambicioso: reduzir para metade, na próxima década, a área ardida na sequência de incêndios rurais, em Portugal continental.



Este novo regime introduz a gestão agregada dos territórios rurais e a mobilização dos setores agrícola e pecuário para uma integração da prevenção com a supressão, reconhecendo que a adoção de boas práticas no ordenamento e gestão da paisagem, nomeadamente a execução e manutenção de faixas de gestão de combustível, a eliminação e reaproveitamento de sobrantes, a renovação de pastagens ou os mosaicos agrossilvopastoris, são determinantes para um território mais resiliente, viável e gerador de valor.

O SGIFR desenvolve-se em quatro níveis territoriais: nacional (correspondente ao continente); regional (correspondente às 5 NUT II do continente); sub-regional (correspondente às NUT III do continente) e municipal (correspondente aos municípios do continente) e prevê, as macropolíticas e as orientações estratégicas que contribuem para reduzir o perigo e alterar comportamentos dos proprietários, utilizadores e beneficiários diretos e indiretos do território em cada um dos níveis.

A governança do SGIFR é realizada através de comissões de gestão integrada de fogos rurais, tendo ao nível regional a CIMDOURO participado na reunião de instalação da Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CRGIFR) do Norte (24NOV2021), bem como na 1.ª reunião técnica (13DEZ2021), na qualidade de membro efetivo da referida comissão, ao abrigo da alínea p), do n.º 3 do artigo 27.º do já referido Decreto-Lei n.º 82/2021, a 13 de outubro. A nível sub-regional está cometida à CIMDOURO, a função de presidir à Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSRGIFR) do Douro, tendo sido encetados os procedimentos prévios para a constituição da CSRGIFR do Douro, que, no entanto, somente viria a ser instalada em 2022

Combate à Vespa Velutina

Está em causa uma espécie exótica invasora que é predadora natural das abelhas e de outros insetos, que pode vir a originar, a médio prazo, impactos significativos na biodiversidade, em particular nas espécies de abelhas e de vespas nativas e nas populações de outros insetos polinizadores e nos serviços dos ecossistemas que asseguram a polinização.

No âmbito do Aviso-Concurso POSEUR 15-2021-02 “Deteção e Combate à Espécie Exótica Invasora Vespa Velutina”, a CIMDOURO apresentou, e viu aprovada em 30/09/2021, a

candidatura POSEUR-03-2215-FC-000163 [GESVESPA DOURO], com um investimento elegível de 295 037,55 € e um cofinanciamento do Fundo de Coesão de 250 781,92 € (85%). A operação pretende consubstanciar uma estratégia e atuação integrada, sustentada e sustentável de gestão e combate à espécie exótica invasora Vespa velutina, na região do Douro.

Para tal previram-se as seguintes tipologias de medidas e envolvendo a totalidade do território da CIMDOURO: (a) Implementação de estratégia coordenada de combate a esta espécie exótica invasora na região do Douro, aplicando no terreno um plano de gestão integrada da Vespa velutina; (b) Aquisição de equipamentos para o controlo da Vespa velutina, nomeadamente para a destruição dos respetivos ninhos, incluindo os necessários equipamentos de proteção individual; (c) Divulgação da problemática associada à introdução desta espécie exótica invasora em Portugal Continental e promoção da sensibilização pública para os riscos associados e para adoção de boas práticas.

Face à data de aprovação da candidatura, e embora previstas dotações financeiras em sede de PAMR e PPI⁹, não foram efetuados, em 2021, quaisquer trabalhos, prevendo-se a sua operacionalização no início de 2022.

Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem

Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) são uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Os PRGP desenham a paisagem desejável, definem uma matriz de transição a médio-longo prazo suportada num modelo de financiamento que assegura a sua implementação.



A execução dos PRGP é efetuada através de outras medidas programáticas do PTP, como as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)/Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), de ações temáticas e de planos territoriais e planos setoriais relevantes.

No território da CIMDOURO encontram-se em elaboração os PRGP das Serras do Marão, Alvão e Falperra (PRGP SMAF) e da Paisagem do Alto do Douro e Baixo Sabor (PRGP ADBS), determinados pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março.

⁹ 2021.01 (Combate à Vespa velutina)

Nos termos do Despacho atrás referido a CIMDOURO é uma das entidades que acompanhar estes processos de planeamento, tendo participado nas reuniões de acompanhamento e emitido pareceres acerca dos documentos produzidos.

Sistemas de Recolha de Biorresíduos

O Fundo Ambiental, enquanto instrumento financeiro de apoio à política ambiental do governo, abriu, em 2020, o Programa de apoio à elaboração de estudos de sistemas de recolha de Biorresíduos, destinado a disponibilizar aos municípios, financiamento para a elaboração de um diagnóstico que conduzisse à definição de um Plano de Ação e de Investimento para a operacionalização da recolha seletiva de biorresíduos conducente à sua valorização.

Os biorresíduos representam uma grande quantidade de recursos que podem ser utilizados em novas aplicações. Numa bioeconomia circular, a reciclagem dos biorresíduos é uma estratégia crucial para otimizar o uso de biomassa existente, através, por um lado, dos processos eficientes de compostagem que produzem o composto que enriquece os solos com nutrientes e atua como um repositório de carbono e por outro, a digestão anaeróbia que pode ser utilizada para a produção de energia. É por isso crucial a transição para uma recolha seletiva de biorresíduos, pois só desta forma será conseguida a recuperação dos produtos que resultam do seu tratamento.

Sendo a separação e reciclagem na origem e a recolha seletiva de biorresíduos uma responsabilidade municipal, compete aos municípios definir, seguindo critérios custo eficazes, a melhor forma de os gerir, seja por si, ou contratando-a terceiros.

Na sequência da abertura deste Aviso a CIMDOURO apresentou em agosto de 2020 uma candidatura para a realização de 15 estudos municipais (Alijó, Armamar, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Semancelhe, Tabuaço, Tarouca e Vila Real) que veio a ser aprovada no final desse ano de 2020, com um valor de 75 000€ de financiamento.

Em conformidade com estipulado em sede de candidatura, no decurso do ano de 2021 foram elaborados os 15 estudos municipais, que foram presentes em versão preliminar ao Conselho Intermunicipal em 30JUN2021, tendo sido efetuada uma sessão pública de apresentação dos mesmos em 07JUL2021, e colocados em discussão pública. Após o período de discussão pública, a após a análise dos contributos submetidos em sede de audiência prévia, as versões finais do estudo foram aprovados pelo Conselho Intermunicipal a 29 de julho de 2021.



Combate ao Insucesso Escolar

Neste novo período comunitário, uma das áreas incluídas no Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Douro é a da promoção da coesão social inclusiva por via da redução do insucesso e abandono escolar, com o objetivo de promover a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso escolar (taxas de desistência e de retenção), reforçando as medidas que promovem a equidade no acesso à educação básica e secundária e melhorando a qualidade e a pertinência das aprendizagens e das competências adquiridas.



Para a prossecução deste desiderato, foi necessário construir um instrumento de coordenação e planeamento intermunicipal - Plano Integrado e Inovador de Promoção do Sucesso Escolar - capaz de potenciar as redes colaborativas de escolas e municípios, aprovado pelo NORTE2020, que contempla 20 medidas, que correspondem ao PIICIE de cada um dos 19 municípios da CIM, e a medida da própria CIM consubstanciada no próprio plano e numa estrutura de apoio e coordenação do mesmo.

Neste sentido, a CIMDOURO candidatou, e viu aprovada em 2017 no NORTE2020, a elaboração e acompanhamento do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Douro. Deste Plano a componente de elaboração já se encontra integralmente executada, tendo o acompanhamento dos planos municipais sido continuado em 2021, através de 2 técnicos superiores contratados para o efeito.

Tendo sido esgotados os 36 meses de execução da operação acima referida em 20-02-2021, foi apresentada em 20-12-2021, ao abrigo do Aviso NORTE-66-2021-51 (Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar) uma nova candidatura com uma dotação financeira elegível de 166 264,51 €, e um financiamento FSE no montante de 141 324,83 €, com um calendário de execução entre 01-03-2021 e 30-06-2023.

Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificações

A CIMDOURO está, desde 2015, envolvida no processo de concertação das ofertas formativas entre as escolas que dinamizam Cursos Profissionais na região, tendo vindo a ter um maior envolvimento quer através do desenvolvimento de um diagnóstico de aprofundamento regional das necessidades de qualificações com o objetivo contribuir para que a



oferta formativa de competências por via da formação profissional esteja articulada com as necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho regional, quer no processo de definição em concreto da rede.

Neste sentido, no decurso do ano de 2021 e na sequência do protocolo de cooperação estabelecido entre a CIMDOURO e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), efetuou-se o planeamento e concertação das redes de oferta profissionalizante, designadamente dos Cursos Profissionais (CP) e dos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF). Deste planeamento resultou uma proposta concertada em 26 de abril de 2021 para abertura de 37 turmas de cursos profissionais e 5 turmas CEF, cumprindo os critérios definidos.

Programação Cultural em rede

Na sequência da abertura do Aviso NORTE-14-2020-25 (Programação Cultural em REDE – Imaterial), com o objetivo de conceder apoios financeiros aos investimentos que



visem promover a dinamização, promoção e desenvolvimento do património cultural, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade dos territórios designadamente através da sua qualificação e valorização turística, a CIMDOURO, em parceria com os municípios de Murça, Sabrosa, Semancelhe e Torre de Moncorvo, apresentou em agosto de 2020 uma candidatura para um projeto de programação cultural de âmbito intermunicipal designado por “Um Douro com História”, que foi aprovado em novembro de 2020, com um investimento elegível de 299 856 € e um cofinanciamento FEDER de 299 856€ (100%), dos quais 62 089 € da responsabilidade da CIM.

Com esta candidatura procurou-se distribuir por todo o território da CIM Douro a produção cultural e artística local baseada no património material e imaterial intrínseco de cada um dos municípios através de diferentes manifestações artísticas: teatro, música, etnografia e criatividade envolvendo a comunidade, visitantes e turistas. O projeto constitui-se ainda como uma inovadora abordagem à mobilidade da produção cultural dos agentes sedeados nos municípios da comunidade intermunicipal pelo Douro já que constitui a oportunidade única de apresentar o seu trabalho para além dos seus próprios concelhos colmatando uma das principais dificuldades com que esta região se tem debatido na programação e gestão dos ativos culturais cá gerados. Adicionalmente constitui ainda a oportunidade de se realizarem eventos de natureza artísticas e cultural em locais de elevada simbologia e carga histórica e patrimonial criando a oportunidade de contar a história dos territórios e a sua interligação com a história de Portugal.

Face à situação pandémica, e embora tenham sido previstos em sede de PAAR e OI os recursos financeiros para a materialização do mesmo, não foram efetuadas quaisquer ações em 2021, não havendo, assim, qualquer despesa registada em sede de DEPAMR¹⁰.



REDES TERRITORIAIS E GOVERNAÇÃO

Delegação de competências para a gestão do PDCT

O ano de 2021 correspondeu ao sexto ano de execução do Plano Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) do Douro, e do exercício das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte na CIMDOURO.

Na sequência da assinatura, em 5 de Agosto de 2015, do PDCT do Douro e da assinatura do contrato de delegação de competências em Novembro de 2015, foi efetuada em 2016 a acreditação da CIMDOURO como Organismo Intermédio, junto da Agência de Desenvolvimento e Coesão e da Comissão Europeia, tendo ainda sido concebido um sistema de gestão e controle, bem como um código de conduta do Organismo Intermédio. Até ao final de 2021 foram efetuadas 7 alterações ao PDCT, nomeadamente a nível de quadros de investimento e beneficiários.

No ano de 2021, no âmbito do PDCT do Douro foram abertos 5 Avisos:

- NORTE-NORTE-D7-2021-41 [PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO NACIONAL (BASE LOCAL) - CIM DOURO], no âmbito do qual foram submetidas 207 candidaturas;
- NORTE-50-2021-24 [PROMOÇÃO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS - 2021 Programa], no âmbito do qual foi submetida 1 candidatura;
- NORTE-73-2021-23 [DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO E ENSINO - INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS PARA O ENSINO ESCOLAR (ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO)], no âmbito do qual foram submetidas 2 candidaturas;
- NORTE-42-2021-20 [EQUIPAMENTOS SOCIAIS - CIM - Douro], no âmbito do qual foi submetida 1 candidatura;
- NORTE-66-2021-51 [Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar - Operações - 2º Fase Programa], no âmbito do qual foram submetidas 2 candidaturas;

No âmbito destes Avisos de concurso para os investimentos consagrados no PDCT do Douro, a CIM efetuou os esclarecimentos e apoio aos beneficiários na fase de candidatura e rececionou, em

¹⁰ 2021.03 (Um Douro com História)

2021, 213 candidaturas tendo efetuado o processo de admissibilidade, de análise técnico-financeira e de análise mérito das mesmas. Deste processo de análise das candidaturas apresentadas em 2021 e das de anos anteriores ainda em análise resultou a aprovação de 163, a não aprovação de 55, a desistência de 4 continuando em análise 3 do Aviso NORTE-42-2018-16; 44 do Aviso NORTE-42-2019-49; 19 do Aviso NORTE-50-2019-57; 1 do Aviso NORTE-73-2019-35; 1 do Aviso NORTE-73-2020-24; 1 do Aviso NORTE-73-2021-23; 1 do Aviso NORTE-50-2021-24; 11 do Aviso NORTE-D7-2021-41 e 2 do Aviso NORTE-66-2021-51.

Durante o ano de 2021, a CIM continuou o acompanhamento da execução das candidaturas aprovadas, nomeadamente através da análise de pedidos de pagamento e da análise das reprogramações apresentadas pelos promotores, tanto para as candidaturas FEDER como para as candidaturas FSE. Foram submetidos, em 2021, 117 pedidos de reprogramação e 5 pedidos de alteração, tendo sido tratados no mesmo ano 107. No mesmo período foram rececionados 88 pedidos de pagamento e tratados 192.

A 31 de dezembro de 2021, o PDCT do Douro tinha uma dotação global de 65 487 681,30 € de FEDER, com uma taxa de compromisso efetivo (operações aprovadas) de 79,7% e um compromisso potencial (com as operações submetidas) de 102,3%. Ao nível da execução financeira, na mesma data, correspondia a 43,6% do fundo contratualizado, abaixo dos 54,6% da média da região.

A delegação de competências da AG do NORTE2020 implicou uma capacitação institucional, técnica e administrativa, por parte da CIM - para que as responsabilidades de gestão possam ser exercidas de forma eficiente e profissional (contribuindo também para a reafirmação de uma rede institucional de nível sub-regional) - tendo, para tal, sido criada uma Estrutura de Apoio Técnico à Gestão dos Fundos Estruturais (Equipa Multidisciplinar), instalada na sede e nas delegações de Lamego e Torre de Moncorvo, com a dotação dos meios humanos e materiais necessários ao seu funcionamento. No caso da EAT instalada em Torre de Moncorvo, continuou a contar-se com um técnico superior em regime de mobilidade interna, para além do Secretário Executivo Intermunicipal. Na EAT instalada em Lamego, continuou a contar-se com o apoio efetuado pelo responsável da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul (e também Secretário Executivo Intermunicipal), por um assistente técnico e por um técnico superior do mapa de pessoal da CIM. Na sede houve a manutenção da colaboração de 4 técnicos superiores e uma assistente técnica do mapa de pessoal. Para reforçar esta equipa permanente, em especial no tratamento das candidaturas e pedidos de pagamento dos promotores privados, foi efetuada a contratação de 2 técnicos em regime de prestação de serviços.

As despesas resultantes do exercício das competências da CIMDOURO, no âmbito da delegação de competências, são elegíveis para efeitos de financiamento pelo Eixo da Assistência Técnica do NORTE2020, sendo que à CIMDOURO está disponibilizada uma dotação global de

2 030 569,51 € de FEDER para o período de vigência do PDCT e atual quadro comunitário PORTUGAL 2020, dos quais 1 256 434,23 € foram já objeto de candidaturas aprovadas até 31DEZ2020. Para o triénio de 2021 a 2023 a CIM apresentou, em 30-06-2021, a candidatura NORTE-10-6177-FEDER-000103 [Assistência Técnica ao PDCT do Douro 2021-2023], com um valor elegível de 910 747,39 €, a que corresponde um co-financiamento FEDER de 774 135,28 € (85%).

Para efeitos de articulação entre as CIM enquanto organismos intermédios e a Autoridade de Gestão do NORTE2020, foram realizadas 4 reuniões de trabalho online que contaram com a presença dos elementos do Secretariado Intermunicipal da CIM.

Delegação de competências para a gestão dos PEDU

Na sequência da contratualização com os municípios de Vila Real e Lamego dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), estes municípios puderam constituir-se como Organismo Intermédio – Autoridade Urbana - assegurando as funções de seleção de operações que lhes foram delegadas nos termos do mencionado contrato de PEDU. No entanto, os municípios em causa propuseram à AG do NORTE2020, a delegação dessas competências na CIMDOURO, tendo a CIC Portugal 2020 homologado, no início de dezembro de 2016 essa delegação, que foi formalizada em 2017 através de um contrato de delegação de competências.

No âmbito desse contrato de delegação de competências a CIM, em 2021, efetuou os esclarecimentos e apoio aos municípios de Lamego e Vila Real na fase de candidatura, tendo ido rececionadas 3 candidaturas (1 do município de Lamego e 2 do município de Vila Real). Do processo de análise das candidaturas apresentadas em 2021 e as dos anos anteriores resultou a existência de 2 e a aprovação de outras 2, continuando em análise 1 do município de Vila Real.

Formação e Capacitação nas Autarquias Locais

Cada vez mais, a importância da formação profissional na vida das pessoas e das organizações, é inquestionável. Melhorando competências e conhecimentos dos funcionários, os municípios enquanto Organização Pública poderão cumprir os seus objetivos e estabelecer outros cada vez mais ambiciosos.



Pretende a CIMDOURO com o seu plano de formação contribuir para o cumprimento, por parte dos municípios associados, dos artigos 90.º, 101.º, 113.º do regime e artigos 7.º e 10.º do regulamento da Lei nº 59/2008 de 11 de setembro, bem como dos artigos 123.º, 124.º e 137.º do Código do Trabalho, nomeadamente no que diz respeito à obrigatoriedade em termos de horas de formação anuais que a entidade empregadora tem de proporcionar a cada funcionário.

Assim, no âmbito do Aviso NORTE-62-2018-34 a CIMDOURO candidatou-se, em outubro de 2019 à realização, de 35 ações de formação profissional, em especial na modalidade formação-ação, abrangendo 560 funcionários e eleitos locais dos municípios e freguesias do Douro, num total de 1545 horas, num conjunto diversificado de áreas que vão desde a Gestão de Fundos Estruturais, à Proteção Civil, passando pela gestão estratégica para o poder local, tendo a referida candidatura sido aprovada em fevereiro de 2020.

Embora previstas em sede de PAMR^[11], fruto da situação pandémica não foi possível a realização em 2021 das ações programadas, prevendo-se a sua execução em 2022 e 2023.

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Douro 2030

No dia 29/10/2021 foi submetida ao Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT) a candidatura POAT-01-6177-FEDER-000104 [“Elaboração da EIDT Douro 2030”], tendo sido aprovada a 02/12/2021, com um investimento elegível de 99 990,40€ e uma contribuição FEDER de 79 992,32 € (80%) a ser executada entre 01/11/2021 e 30/06/2022.

Os trabalhos a desenvolver no âmbito desta candidatura pretendem confluir para uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial à escala da NUTS III Douro para o horizonte 2030 que apoie a configuração de instrumentos integrados de suporte ao desenvolvimento territorial, de acordo com o estabelecido na RCM n.º 97/2020.



Para o efeito, o programa de trabalhos inclui um leque de atividades, agrupadas em 2 ações:



- Consultoria e apoio técnico ao processo de elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Douro 2030, que inclui a definição da metodologia, da estrutura institucional e do caminho crítico calendarizado do processo de planeamento, a análise das necessidades e potencialidades de desenvolvimento do Douro; a co-construção do Referencial Estratégico da Intervenção Integrada de Base Territorial (IIBT), incluindo a identificação dos grandes desafios com que o Douro se vê confrontado e a consensualização de compromissos a assumir por parte de todos os stakeholders; a elaboração de roadmap para a Ação da IIBT Douro 2030 e a montagem da proposta de Modelos de Governação e de avaliação / monitorização da EIDT Douro 2030.
- Apresentação pública e divulgação e disseminação do processo e dos resultados da EIDT Douro 2030

¹¹ 2021.01 (Formação na Administração Local)

Face à data de aprovação da candidatura não foram desenvolvidos, em 2021, quaisquer trabalhos, prevendo-se a sua operacionalização no início de 2022.

Cooperação Transnacional

Sendo entendimento da CIMDOURO que a Cooperação Territorial e Transnacional é fundamental para o reforço e desenvolvimento integrado do território, numa ótica de troca de experiências e aprendizagens mútuas, capitalizando boas práticas na gestão das intervenções estruturais e incrementar a sua eficácia para a concretização de projetos de interesse mútuo, foram efetivadas um conjunto de parcerias no âmbito de candidaturas ao INTERREG, para o desenvolvimento de projetos nas áreas do turismo, apoio social e proteção civil, das quais resultou a integração nos consórcios de 2 candidaturas aprovadas em 2019, no âmbito do POCTEP 2014-2020:

- Projeto Integr@tención: Plataforma transfronteiriça para o dimensionamento de soluções inovadoras em assistência social à saúde. O projeto visa promover o desenvolvimento de processos, produtos e serviços para a vida independente, resultantes de atividades de P&D&I, para garantir que pessoas com dependência, incapacidade ou doença crônica possam permanecer em suas casas até o final da vida, através do desenvolvimento e acompanhamento de um modelo de atendimento que coordene e alinhe a cadeia de prestação de cuidados de proximidade e a conceção e implantação de tecnologias ou soluções inovadoras, com as expectativas, desejos e decisões das pessoas ou utilizadores. Em 2021 foram continuados os trabalhos deste projeto tendo sido realizadas várias reuniões online de acompanhamento e realizadas as ações a cargo da CIMDOURO., tendo o projeto sido encerrado no final de 2021.
- Projeto Discover Duero Douro: Cooperação para a consolidação da área transfronteiriça Duero – Douro como destino turístico de excelência. O principal objetivo do projeto é o estabelecimento das condições necessárias para a apresentação, posicionamento e reconhecimento da área transfronteiriça Duero - Douro como destino turístico de excelência, graças à estruturação de uma oferta baseada em experiências inovadoras e únicas, baseadas em património natural e cultural como elemento de diferenciação, identidade e posicionamento. Este desenvolvimento estratégico contribuirá para assegurar a coesão territorial e a redução das assimetrias neste espaço, promover o turismo e outras atividades económicas complementares de maneira mais sustentável. Em 2021 foram continuados os trabalhos do projetos tendo sido realizadas várias reuniões online de acompanhamento, e realizadas algumas das ações a cargo da CIMDOURO.

CIMDOURO, tendo transitado para 2022 a ação de desenvolvimento do Balcão Virtual, dado que depende da execução de todas as outras atividades.

OUTRAS AÇÕES

Para além do previsto no Plano de Atividades a CIM desenvolveu um conjunto de ações visando, quer a capacitação institucional e o reforço da componente de organização e gestão interna quer o reforço da intervenção política e social, das quais se dá nota a seguir:

DOURO 2030

A CIMDOURO construiu, em 2018, uma macro estratégia regional que define os traços gerais do desenvolvimento futuro por forma a conseguir um território mais competitivo, assente na inovação, no conhecimento e na verdadeira transformação digital; um território sustentado por uma correta reabilitação urbana, por políticas de coesão que promovam emprego qualificado e a dinamização económica; e um território assente em redes de serviços mais económicos, funcionais, homogéneos e que liguem a região aos grandes centros, aos portos e aeroportos e às fronteiras internas.



Com base neste documento foram, em 2021, apresentados os contributos do Douro em sede de consulta pública da versão final do Plano de Recuperação e Resiliência, bem como para a proposta do Norte para 2030, tendo sido evidenciado pela CCDR Norte o posicionamento proativo que a CIMDOURO tinha vindo a desenvolver nesta matéria.

Turismo – Passaporte Douro

Com o gradual retomar das atividades económicas e no sentido de acelerar alguma recuperação económica da região, a CIMDOURO decidiu implementar uma campanha de promoção do território, para fomentar alguma dinâmica no turismo interno e regional. Neste sentido foi concebido o “Passaporte Douro”, documento que contem 76 pontos de interesse (4 por



município), sendo os portadores do mesmo convidados a iniciar a "viagem à descoberta" do território que se destaca pela sua diversidade. À passagem por cada um dos pontos de interesse, o turista carimba o Passaporte e quando completar a sua viagem pelo território da CIM Douro receberá um certificado de excelência e uma oferta exclusiva do Instituto do Vinho do Douro e Porto. Para auxiliar os visitantes, foi também concebida uma aplicação que contém vídeos promocionais dos pontos de interesse indicados por cada município.

Organização e gestão interna da CIM

O Secretariado Executivo Intermunicipal realizou em 2020, as reuniões quinzenais previstas na Lei, para além das outras reuniões setoriais para acompanhamento dos vários projetos.

Mantendo a rotatividade das reuniões, o Conselho Intermunicipal realizou, em 2021, 10 reuniões ordinárias, das quais 7 foram presenciais - nos municípios de Santa Marta de Penaguião (29ABR), São João da Pesqueira (09JUN); Sernancelhe (30JUN); Peso da Régua (29JUL, 27AGO e 26OUT) e Tabuaço (29NOV) - e 3 foram online (27JAN, 24FEV e 31MAR). Como resultado das eleições autárquicas de 2021, o Conselho Intermunicipal para o quadriénio 2021-2025 foi instalado a 26 de outubro de 2021, na cidade do Peso da Régua.

A Assembleia Intermunicipal realizou em 2021, apenas 1 sessão: em Sabrosa a 2 de julho.

III. **Reporte Financeiro**

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, surgiu da necessidade de se dispor de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, que permita dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional.

A implementação do SNC-AP, após sucessivos adiamentos, passou a ser obrigatória para as entidades pertencentes ao subsector da administração local a partir do exercício de 2020. Apesar disso foi entendimento do Secretariado Executivo Intermunicipal face à complexidade do processo de transição, não seria exequível efetivar a adoção do novo referencial contabilístico de forma completa no exercício de 2021. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado pela FAQ47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos/ajustamentos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos todos os esforços no sentido de avançar com o referido processo, estimando-se que o mesmo fique integralmente concluído até ao final de 2022.

Assim a contabilidade orçamental foi preparada e executada nos termos da norma NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, que integra o SNC-AP, e em conformidade com o n.º 2 do parágrafo 46 da já referida norma, são apresentados na parte III deste documento os mapas que constituem o conjunto completo de demonstrações orçamentais, a saber:

- Demonstração do desempenho orçamental;
- Demonstração de execução orçamental da receita;
- Demonstração de execução orçamental da despesa;
- Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e
- Anexo às demonstrações orçamentais composto pelos seguintes elementos: Alterações orçamentais da receita; Alterações orçamentais da despesa; Alterações ao plano plurianual de investimentos; Operações de tesouraria; Contratação administrativa (Situação dos contratos e Adjudicações por tipo de procedimento); Transferências e subsídios (despesa e receita).

São ainda apresentados também na parte III as Demonstração da execução do Plano das atividades mais relevantes, bem como as Alterações Orçamentais do mesmo.

O presente ponto é composto pela análise da execução do orçamento da receita e da despesa no ano económico de 2021, nomeadamente no que respeita a receita liquidada e cobrada, compromissos assumidos, despesa paga, dívida do período, desvios e taxas de execução.

Pretende-se com esta análise, demonstrar a situação orçamental relativa à execução da receita e da despesa, corrente e capital, procurando desta forma transmitir um conhecimento real e fiável sobre o nível de eficácia e eficiência atingido na prossecução dos objetivos que haviam sido definidos em sede dos Instrumentos Previsionais para o ano económico de 2021.

Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP) integram, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR), sendo a análise da sua execução efetuada neste capítulo. As GOP foram objeto de 2 alterações e 2 revisões, cujos mapas se apresentam na parte II deste documento.

As Grandes Opções do Plano, encontram-se organizadas por classificação funcional das despesas públicas e dividem-se em: Funções Gerais (Serviços Gerais da Administração Pública, Segurança e Ordem Pública e Proteção Civil); Funções Sociais (Educação, Saúde, Ação Social, Habitação, Desporto, Proteção do Ambiente e Cultura); Funções Económicas (Transportes e Comunicações e Comércio e Turismo) e Outras Funções (Transferências entre Administrações).

Os mapas de execução do PPI e das AMR apresentados na parte III deste documento, detalham a atividade levada a cabo pela CIM em relação aos projetos e ações aí previstos. O quadro que se segue, por seu lado, exhibe a execução global de cada um dos objetivos previstos nas Grandes Opções do Plano (GOP) sob o aspeto financeiro, contemplando os projetos ou ações cujos encargos foram assumidos, liquidados e efetivamente pagos no ano da gerência, não considerando, portando, a parte dos projetos ou ações já executada materialmente, mas cujos encargos não produziram efeitos financeiros até ao termo da gerência.

OBJETIVO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	Diferença	Tx Exec
1 FUNÇÕES GERAIS				
11 Serviços Gerais de Administração Pública	3 013 330,00 €	2 114 285,62 €	899 044,38 €	70,2%
12 Segurança e ordem públicas	293 817,00 €	56 698,93 €	237 118,07 €	19,3%
2 FUNÇÕES SOCIAIS				
24 Serviços coletivos e habitação	1 913 847,10 €	325 799,48 €	1 588 047,62 €	17,0%
25 Serviços culturais, recreativos e religiosos	208 290,00 €	123 644,52 €	84 645,48 €	59,4%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS				
33 Transportes e Comunicações	115 570,00 €	14 760,00 €	100 810,00 €	12,8%
34 Comércio e turismo	92 250,00 €	18 062,55 €	74 187,45 €	19,6%
TOTAL	5 637 104,10 €	2 653 251,10 €	2 983 853,00 €	47,1%

Como se pode verificar, as Grandes Opções do Plano atingiram uma taxa de execução financeira de um pouco mais de 47%, pelas razões que abaixo se explicitam.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pela CIMDOURO, apresentando uma dotação corrigida 882 187,00 €, dos quais foram faturados e pagos somente de 57 647,32 €, correspondendo a 6,53% da dotação prevista e à movimentação da rubrica orçamental de Aquisição de bens de capital (aquisição de equipamento informático e construções diversas).

	OBJETIVO	Previsão	Faturação	Pagamento	Tx Exec
1	FUNÇÕES GERAIS				
11	Serviços Gerais de Administração Pública	281 760,00 €	948,39 €	948,39 €	0,3%
12	Segurança e ordem públicas	191 447,00 €	56 698,93 €	56 698,93 €	29,6%
2	FUNÇÕES SOCIAIS				
24	Serviços coletivos e habitação	408 980,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
25	Serviços culturais, recreativos e religiosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS				
33	Transportes e Comunicações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
34	Comércio e turismo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
	TOTAL	882 187,00 €	57 647,32 €	57 647,32 €	6,5%

Tratou-se da execução da empreitada de construção do ponto de água de Carrageda de Ansiães, integrado na candidatura DFCl Douro e da aquisição de PC's para equipa de acompanhamento do PDCT do Douro e do PROVERE.

Esta baixa taxa de execução deve-se fundamentalmente à não execução dos projetos relacionados com as obras na sede (cujos concursos ficaram desertos, obrigando à reformulação do projeto de execução que atingiu então um valor sobre-elevado), com o projeto da rede de pontos de água (dado que apesar de todos os esforços não foi possível abrir os procedimentos de construção dos pontos de água de Sabrosa e Vila Real), com o Cadastro de Infraestruturas (cuja execução fruto dos processos judiciais somente veio a obter o Visto do Tribunal de Contas no 2.º semestre de 2021), bem como a não execução financeira do projeto de sinalização rodoviária por atrasos no projeto de execução

PLANO DE AÇÃO DAS ATIVIDADES RELEVANTES

Por sua vez, as atividades mais relevantes (AMR's) apresentam uma despesa prevista de 4 754 917,10 €, com uma faturação e execução de 2 595 603,78 €, correspondendo a 54,6 % da dotação prevista e à movimentação de algumas rubricas orçamentais correspondentes às despesas dos estudos e outros serviços especializados para as candidaturas de um conjunto de projetos intermunicipais e, fundamentalmente, dos pagamentos no âmbito do Serviço Público de Transportes de Passageiros (SPTP), quer através da compensação pelos descontos no tarifário ao abrigo do Plano de Ação para a Redução Tarifária (PART), quer pela compensação pela

realização de serviços mínimos durante a pandemia, ao abrigo do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP).

OBJETIVO	Previsão	Faturação	Pagamento	Tx Exec
1 FUNÇÕES GERAIS				
11 Serviços Gerais de Administração Pública	2 731 570,00 €	2 113 337,23 €	2 113 337,23 €	77,4%
12 Segurança e ordem públicas	102 370,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
2 FUNÇÕES SOCIAIS				
24 Serviços coletivos e habitação	1 504 867,10 €	325 799,48 €	0,00 €	21,6%
25 Serviços culturais, recreativos e religiosos	208 290,00 €	123 644,52 €	123 644,52 €	59,4%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS				
33 Transportes e Comunicações	115 570,00 €	14 760,00 €	14 760,00 €	12,8%
34 Comércio e turismo	92 250,00 €	18 062,55 €	18 062,55 €	19,6%
TOTAL	4 754 917,10 €	2 595 603,78 €	2 269 804,30 €	54,6%

Também aqui a fraca execução da ação do cadastro, a não concretização na totalidade das previsões das ações da Autoridade de Transportes Intermunicipal e a não execução da ação de Formação Profissional (com uma dotação conjunta de 84% das AMR) condicionaram a execução.

Orçamento

Enquanto documento previsional, o Orçamento é um documento que traduz a previsão inicial das receitas a cobrar e as despesas a realizar durante o ano económico. Toda a receita e algumas rubricas da despesa obedecem a critérios objetivos de previsão, previstos no SNC-AP. Contudo, sabendo-se que se trata de um instrumento financiado, na sua maior parte, por fontes externas, sujeito a variações opostas à vontade da CIM, o facto põe em causa as previsões da receita e, na respetiva medida, o nível de execução da despesa. Com efeito, há, como sempre houve, receitas que não chegam a arrecadar-se no ano da gerência, ou que nunca chegam a arrecadar-se, e despesas que, conseqüentemente, ficam por realizar.

Embora a elaboração do orçamento seja norteadada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são excessivas, insuficientes ou até mesmo inexistentes, nomeadamente pelo tempo que medeia a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita.

De acordo com o definido na NCP 26, as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento à execução orçamental. Neste sentido, as alterações orçamentais efetuadas em 2021, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 13,7 milhões de euros entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior.

Considerando a sua natureza económica, a execução orçamental das receitas e despesas apresenta os seguintes resultados:

RECEITAS

Natureza	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	5 589 210,00 €	2 604 089,34 €	2 985 120,66 €	53,4%
Capital	710 790,00 €	0,00 €	710 790,00 €	100,0%
	6 300 000,00 €	2 604 089,34 €	3 695 910,66 €	58,7%

DESPESAS

Natureza	Previstas	Dispendidas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	6 431 500,58 €	3 413 362,85 €	3 018 137,73 €	46,9%
Capital	882 187,00 €	57 647,32 €	824 539,68 €	93,5%
	7 313 687,58 €	3 471 010,17 €	3 842 677,41 €	52,5%

O quadro da Receita acima apresentado revela que dos 6 300 000,00 € de receita previstos a CIM arrecadou 2 604 089,34 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 58,7%, sendo apenas arrecadadas receitas correntes.

O quadro da Despesas revela que esta atingiu 52,5% do previsto, ou dito de outra forma, que perante uma previsão de 7 313 687,58 € realizaram-se despesas no valor de 3 471 010,17 €, tendo as despesas correntes um grau de execução (46,9%) bastante inferior às despesas de capital (3,5%).

O grau de execução do orçamento em 2020, ficou assim aquém das expectativas, embora o facto não esteja associado a qualquer erro de previsão ou a uma mera virtualização de receitas com o sentido de acomodar mais despesas, já que no seu cálculo foram observados os critérios legais.

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, e no que se refere aos desvios na execução, confrontando a execução das grandes opções do plano, estes são justificados na sua maioria, pela necessidade de inscrever e orçamentar os projetos aquando da sua apresentação ao NORTE2020 e ao POSEUR, decorrente das condições de admissibilidade estabelecidas nos avisos de abertura de concurso e, por outro lado nos atrasos na execução física e financeira dos vários projetos no âmbito do Portugal 2020, que embora com execução física e financeira relevante no ano de 2021, não foi possível executar física e financeiramente conforme previsto, quer por questões administrativas quer pelas vicissitudes decorrentes da pandemia de COVID-19 que impediram e/ou condicionaram a realização de alguns dos projetos que envolviam a CIMDOURO.

RECEITAS

As **receitas correntes** apresentam, tal como anteriormente se disse, uma execução orçamental de 53,4%.

As Transferências e subsídios correntes (R5), capítulo donde provém a quase totalidade das receitas correntes, teve uma execução global de 46,6%, provenientes do cofinanciamento dos projetos comunitários, das transferências do Orçamento do Estado, e das transferências municipais para a autoridade de Transportes Intermunicipal da comparticipação nos encargos da imposição de Serviços Mínimos aos operadores de transportes. Correspondendo cerca de 50% da dotação às transferências de fundos comunitários, o atraso na execução dos projetos condicionou a boa execução.

A rubrica residual, Outras Receitas Correntes (R7), onde se englobam as receitas que pela sua natureza não podem ser incluídas em nenhuma das anteriores, teve, no corrente ano, uma execução orçamental nula.

As **receitas de capital**, por sua vez, apresentaram também uma execução orçamental nula uma vez que a sua natureza decorre, quase exclusivamente, da execução dos projetos e consequentemente dos pedidos de reembolso a fundos comunitários e contrapartida nacional, que não aconteceram em 2021.

DESPEASAS

As **despesas correntes** apresentaram um desvio negativo de 46,9% em relação ao nível de execução esperado, verificou-se, portanto uma execução de 53,1%.

As despesas com o pessoal (D1) tiveram uma execução de 81,1%, dado ser uma área com custos bem definidos e antecipáveis na sua maioria.

O capítulo Aquisição de Bens e Serviços (D2) compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo duradouro, que se conservam ou perduram para além de um ano, as despesas com aquisição de bens, que não perduram para além da sua primeira utilização, ou cuja durabilidade normal não ultrapassa um ano, compreendendo ainda as despesas com aquisição de serviços a terceiros. Teve uma execução global de 27,8%, fundamentalmente do atraso, ou não execução, de um conjunto de estudos, projetos e aquisições de serviços orçamentadas, correspondentes a projetos comunitários que por razões fundamentalmente ligadas à pandemia COVID-19 foram fortemente condicionadas na sua execução.

O capítulo orçamental Transferências e subsídios correntes (D4) é constituído pelas despesas relativas a transferências para outras administrações públicas e para entidades sem fins lucrativos, bem como a transferências para entidades privadas no âmbito da Autoridade de Transportes Intermunicipal do Douro.

Destina-se na sua quase totalidade às transferências para os operadores do Serviço Público de Transporte de Passageiros do apoio à redução tarifária concedido ao abrigo do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária e à compensação por imposição de obrigações de serviço público, para além das transferências para o Fundo Ambiental dos saldos em excesso do PART e do PROTransP, para as 2 Associações de Municípios de fins específicos para compensação dos encargos com a logística das delegações da CIM e para suportar os encargos com os estágios PEPAL. Teve uma execução global de 79,1%, fruto quer de uma previsão excessiva (em sede de revisão orçamental) por desconhecimento dos valores envolvidos na compensação aos operadores pelos serviços mínimos, quer da não devolução ao Fundo Ambiental dos valores orçamentados (dado que foram utilizados para reforçar as dotações do SPTP de 2021, nos termos da legislação) e da não utilização da totalidade da dotação prevista para os estágios PEPAL por não ter sido possível prover a maioria dos lugares.

A rubrica Outras Despesas Correntes (D5) tem um carácter residual, abrangendo todas as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas, e apresentou uma execução de 35,5%.

O grau de execução das **despesas de capital** foi muito baixo (6,5%), verificando-se um desvio de 93,5% em relação ao previsto.

Estas despesas correspondem somente ao capítulo da Aquisição de bens de capital (D6), onde se classificam as despesas destinadas a aumentar o capital fixo, sendo esta baixa execução, fruto das vicissitudes elencadas aquando da análise do PPI.

Desempenho Orçamental

A demonstração de desempenho orçamental discrimina os recebimentos e pagamentos associados à execução do Orçamento, as operações que afetam a tesouraria e evidencia os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte sendo por isso um mapa objetivo.

Recebimentos		Pagamentos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1 022 025,19 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	3 471 010,17 €
Operações Orçamentais	1 013 787,58 €	Despesas Correntes	3 413 362,85 €
Operações de Tesouraria	8 237,61 €	Despesas Capital	57 647,32 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	2 604 089,34 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	305 758,66 €
Receitas Correntes	2 604 089,34 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
Receitas de Capital	0,00 €	Execução Orçamental	146 866,75 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	480 417,61 €	Operações de Tesouraria	182 896,56 €
TOTAL	4 106 532,14 €	TOTAL	4 106 532,14 €

Em 2021, o saldo inicial dos depósitos em Bancos e Caixa era de 1 022 025,19 €, dos quais 8 237,61 € correspondiam a operações de tesouraria. Tendo sido arrecadados 2 604 089,34 € de receitas e efetuados pagamentos que ascenderam a 3 471 010,17 €, o montante de execução orçamental em saldo para o ano de 2022 é de 146 866,75 €. Se a este montante se adicionar o saldo relativo

a operações de tesouraria, no valor de 182 896,56€, obtêm-se o saldo de gerência do ano de 2021, no valor de 329 763,31 €.

Vila Real, 20 de maio de 2022



Domingos Carvas
1º Secretário Executivo Intermunicipal

Rubrica	Recabimentos	Fontes de Financiamento (2021)					TOTAL	2020
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
RS	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR							
RS1	Operações Orçamentais [1]	1.013.787,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.013.787,58 €	
RS11	Devolução do saldo oper. Orçamentais							
RS111	Operações de tesouraria (A)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.237,61 €	8.237,61 €	
RS115	Recabimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RS12	RECETA CORRENTE							
R7	Transferências e subsídios correntes							
RS11	Administrações Públicas	1.192.702,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.192.702,35 €	
RS111	Administração Central - Estado	954.259,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	954.259,66 €	
RS115	Administração Local	0,00 €	0,00 €	457.127,33 €	0,00 €	0,00 €	457.127,33 €	
RS12	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R7	Outras receitas correntes							
R9	RECETA DE CAPITAL							
R91	Transferências e subsídios de capital	2.146.962,01 €	0,00 €	457.127,33 €	0,00 €	0,00 €	2.604.089,34 €	
R911	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9111	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9115	Administração Central - Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R912	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R912	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Receta efetiva [2]	2.146.962,01 €	0,00 €	457.127,33 €	0,00 €	0,00 €	2.604.089,34 €	
	Receta não efetiva [3]							
	Soma [4]=[2]+[3]	3.160.749,59 €	0,00 €	457.127,33 €	0,00 €	0,00 €	3.617.876,92 €	
	Operações de tesouraria [B]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	480.417,61 €	480.417,61 €	
	DESPESA CORRENTE							
D1	Despesas com o pessoal	269.005,63 €	0,00 €	100.718,54 €	0,00 €	0,00 €	369.724,17 €	
D11	Remunerações Certas e Permanentes	2.404,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.404,07 €	
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	86.931,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	86.931,16 €	
D13	Segurança social	357.006,87 €	0,00 €	553.037,13 €	0,00 €	0,00 €	910.044,00 €	
D2	Aquisição de bens e serviços							
D4	Transferências e subsídios correntes							
D41	Transferências correntes							
D411	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4111	Administração Central - Estado	9.000,00 €	0,00 €	51.000,00 €	0,00 €	0,00 €	60.000,00 €	
D4115	Administração Local	823,26 €	0,00 €	4.665,11 €	0,00 €	0,00 €	5.488,37 €	
D414	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D42	Subsídios Correntes	1.975.683,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.975.683,53 €	
D5	Outras despesas correntes	3.087,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.087,55 €	
D6	DESPESA DE CAPITAL							
D6	Aquisição de bens de capital	9.453,23 €	0,00 €	48.194,09 €	0,00 €	0,00 €	57.647,32 €	
	Despesa efetiva [5]	2.713.395,30 €	0,00 €	757.614,87 €	0,00 €	0,00 €	3.471.010,17 €	
	Despesa não efetiva [6]							
	Soma [7]=[5]+[6]	2.713.395,30 €	0,00 €	757.614,87 €	0,00 €	0,00 €	3.471.010,17 €	
	Operações de tesouraria [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	305.758,66 €	305.758,66 €	
	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE							
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	447.354,29 €	0,00 €	-300.487,54 €	0,00 €	0,00 €	146.866,75 €	
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	-556.433,29 €	0,00 €	-300.487,54 €	0,00 €	182.896,56 €	-674.024,27 €	
	Saldo inicial [2] - [5]	2.713.395,30 €	0,00 €	757.614,87 €	0,00 €	0,00 €	3.471.010,17 €	
	Despesa primária							
	Saldo corrente	-556.433,29 €	0,00 €	-252.293,45 €	0,00 €	0,00 €	-808.726,74 €	
	Saldo de capital	-9.453,23 €	0,00 €	-48.194,09 €	0,00 €	0,00 €	-57.647,32 €	
	Saldo primário	-565.886,52 €	0,00 €	-299.487,54 €	0,00 €	0,00 €	-865.374,06 €	
	Receta total [11] + [2] + [3]	3.160.749,59 €	0,00 €	457.127,33 €	0,00 €	0,00 €	3.617.876,92 €	
	Despesa total [5] + [6]	2.713.395,30 €	0,00 €	757.614,87 €	0,00 €	0,00 €	3.471.010,17 €	

Demonstração de Execução Orçamental da Receita
2021

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Recitas p/ cobrar per. anter.	Recitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos/restituições		Recitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			
R5	RECEITA CORRENTE												
R51	Transferências e subsídios correntes												
R511	Transferências correntes												
R5111	Administrações Públicas	1 627 830,00 €		1 192 702,35 €		1 192 702,35 €			0,00 €	1 192 702,35 €	0,00 €	0,00%	73,27%
R5115	Administração Central - Estado Português	1 163 200,00 €	56 869,90 €	1 369 514,14 €		954 259,66 €			32 421,14 €	954 259,66 €	472 124,38 €	57,01%	82,04%
R5115	Administração Local	2 797 290,00 €		457 127,33 €		457 127,33 €			0,00 €	457 127,33 €	0,00 €	0,00%	16,94%
R512	Exterior - U E	475 220,00 €		42 442,87 €		42 442,87 €			0,00 €	42 442,87 €	0,00 €	0,00%	8,93%
	Fundo Social Europeu	1 097 370,00 €		368 668,60 €		368 668,60 €			0,00 €	368 668,60 €	0,00 €	0,00%	33,60%
	FEDER	1 224 700,00 €		46 015,86 €		46 015,86 €			0,00 €	46 015,86 €	0,00 €	0,00%	3,76%
	Fundo de Coesão	890,00 €		0,00 €		0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
R7	Outras receitas correntes												
R9	RECEITA DE CAPITAL												
R91	Transferências e subsídios de capital												
R911	Transferências de capital												
R9111	Administrações Públicas	18 270,00 €		0,00 €		0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
R9115	Administração Central - Estado Português	215 190,00 €		0,00 €		0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
R9115	Administração Local	477 330,00 €		0,00 €		0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
R912	Exterior - U E	1 013 787,58 €		0,00 €		0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	10 111 077,58 €	56 869,90 €	3 019 343,82 €	0,00 €	2 604 089,34 €	0,00 €	0,00 €	32 421,14 €	2 571 668,20 €	472 124,38 €	57,01%	28,62%
TOTAL													



Demonstração de Execução Orçamental da Despesa (DEOD) 2021

Rubrica	Descrição	Desp p/ pagar per. anter.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orçamental Período anteriores	Período corrente
							Período anteriores	Período corrente				
D1	DESPESA CORRENTE											
D11	Despesas com o pessoal	0,00 €	417 670,00 €	0,00 €	369 724,17 €	369 724,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	88,52%
	Remunerações Certas e Permanentes											
	Orgãos sociais		70 700,00 €		70 669,92 €	70 669,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Pessoal em funções		85 300,00 €		71 478,72 €	71 478,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho		50,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Pessoal em regime de tarefa ou avença		22 170,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Pessoal em qualquer outra situação		150 850,00 €		145 933,75 €	145 933,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Representação		20 800,00 €		18 060,12 €	18 060,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Subsídio de refeição		49 150,00 €		15 502,50 €	15 502,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Subsídio de férias e de Natal		50,00 €		48 079,16 €	48 079,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Remunerações por doença e maternidade/paternidade		12 000,00 €		2 404,07 €	2 404,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20,03%
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00 €	12 000,00 €	0,00 €	2 404,07 €	2 404,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Ajuda de Custo		5 000,00 €		154,80 €	154,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Senhas de Presença		7 000,00 €		2 249,27 €	2 249,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D13	Segurança social	0,00 €	136 250,00 €	0,00 €	86 931,16 €	86 931,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63,80%
	Outros encargos com a saúde		50,00 €		5 687,77 €	5 687,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Subsídio familiar a criança e jovens		50,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Outras prestações familiares		50,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)		69 350,00 €		32,50 €	32,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Caixa Geral de Aposentações		28 500,00 €		60 761,14 €	60 761,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Segurança social - Regime Geral		8 150,00 €		20 449,75 €	20 449,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		50,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção		100,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00 €	3 275 285,00 €	0,00 €	910 044,00 €	910 044,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27,79%
	Gasolina		1 500,00 €		1 029,89 €	1 029,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Gasóleo		200,00 €		47,66 €	47,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Limpeza e higiene		1 500,00 €		776,39 €	776,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Material de escritório		3 000,00 €		227,80 €	227,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Prémios, condecorações e ofertas		200,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Ferramentas e utensílios		200,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Artigos honoríficos e de decoração		3 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Material de educação, cultura e recreio		1 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Outros bens		42 900,00 €		199,99 €	199,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Encargos das instalações		10 000,00 €		6 762,35 €	6 762,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Limpeza e higiene		2 000,00 €		1 599,00 €	1 599,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Conservação de bens		500,00 €		163,34 €	163,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Locação de material de transporte		50,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Locação de outros bens		1 200,00 €		596,94 €	596,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Comunicações		20 000,00 €		1 507,87 €	1 507,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Transportes		30 000,00 €		19 290,42 €	19 290,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Representação dos serviços		900,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Seguros		15 000,00 €		4 164,40 €	4 164,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Deslocações e estradas		480 140,00 €		97 846,50 €	97 846,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		1 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Formação		13 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Seminários, exposições e similares		157 075,00 €		84 800,90 €	84 800,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Publicidade		2 500,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Assistência técnica		2 407 590,00 €		685 968,15 €	685 968,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Outros trabalhos especializados		64 730,00 €		5 062,40 €	5 062,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Outros serviços											

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa (DEOD) 2021

Rubrica	Descrição	Desp p/ pagar per. anter.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transfere	Obrigações por pagar	Grau exec. orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente			Total	Períodos anteriores
D4	Transferências e subsídios correntes											
D41	Transferências correntes	0,00 €	138 890,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
D411	Administração Pública	0,00 €	138 890,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
D4111	Administração Central - Estado Português <i>Serviços e fundos autónomos</i>	0,00 €	60 200,00 €	0,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	0,00 €	0,00 €	99,67%
D4115	Administração Local <i>Associações de municípios</i>	0,00 €	60 200,00 €	0,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	60 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
D413	Famílias <i>Programas ocupacionais</i>	0,00 €	37 970,00 €	0,00 €	5 488,37 €	5 488,37 €	5 488,37 €	5 488,37 €	5 488,37 €	0,00 €	0,00 €	14,45%
D414	Outras <i>Países terceiros e organizações internacionais</i>	0,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
D42	Subsídios Correntes <i>Privadas</i>	0,00 €	2 344 550,00 €	0,00 €	1 975 683,53 €	1 975 683,53 €	1 975 683,53 €	1 975 683,53 €	1 975 683,53 €	0,00 €	0,00 €	84,27%
D5	Outras despesas correntes <i>Impostos e taxas pagos pela Autarquia</i> <i>Serviços bancários</i> <i>Outras</i>	0,00 €	8 685,58 €	0,00 €	3 087,55 €	3 087,55 €	3 087,55 €	3 087,55 €	3 087,55 €	0,00 €	0,00 €	35,55%
D6	DESPESA CAPITAL											
D6	Aquisição de bens de capital											
	<i>Instalações de serviços</i>	0,00 €	882 187,00 €	0,00 €	57 647,32 €	57 647,32 €	57 647,32 €	57 647,32 €	57 647,32 €	0,00 €	0,00 €	6,53%
	<i>Construções Diversas - Outras</i>		160 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	<i>Equipamento de informática</i>		152 757,00 €		56 698,93 €	56 698,93 €	56 698,93 €	56 698,93 €	56 698,93 €	0,00 €	0,00 €	
	<i>Software informático</i>		5 000,00 €		948,39 €	948,39 €	948,39 €	948,39 €	948,39 €	0,00 €	0,00 €	
	<i>Equipamento administrativo</i>		282 240,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	<i>Equipamento básico - outros</i>		50 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	<i>Outros investimentos</i>		25 690,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
			307 590,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	TOTAL	0,00 €	7 313 787,58 €	0,00 €	3 471 010,17 €	3 471 010,17 €	3 471 010,17 €	3 471 010,17 €	3 471 010,17 €	0,00 €	0,00 €	47,46%

Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos 2021

Objectivo	N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	Rubrica Orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento			EMPR		Datas		Montante Previsto		Montante Executado		Nível de execução financeira anual	Nível de execução financeira global	
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	2021	Anos seguintes	TOTAL	Anos anteriores	2021			TOTAL
					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €
1		FUNÇÕES GERAIS																
11		Serviços Gerais da Administração Pública																
	2017.01-1	Instalação do CIMDOURO	D6 07010301	E	0,00 €	160 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	160 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.01-2	Remodelação do edifício-sede	D6 070107	O	0,00 €	5 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	5 000,00 €	0,00 €	948,39 €	0,00 €	948,39 €	18,97%	
	2017.01-3	Aquisição de equipamento informático	D6 070108	O	0,00 €	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.01-4	Aquisição de Software	D6 070109	O	0,00 €	40 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	40 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.01-5	Aquisição de mobiliário	D6 070109	O	0,00 €	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2019.02-6	Aquisição de equipamento administrativo	D6 070108	O	0,00 €	25 830,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	25 830,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2019.02-6	SW de apoio à Autoridade de Transportes	D6 070108	O	0,00 €	4 639,50 €	26 290,50 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	30 930,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2021.02-1	DZGOV DOURO	D6 070108	O	0,00 €	4 639,50 €	26 290,50 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	30 930,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2021.02-1	Aquisição e customização de aplicações	D6 070108	O	0,00 €	4 639,50 €	26 290,50 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	30 930,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2021.02-1	Segurança e ordem públicas	D6 070108	O	0,00 €	4 639,50 €	26 290,50 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	30 930,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
12		Segurança e ordem públicas																
	2020.04	DFCI Douro	D6 07010413	E	0,00 €	22 913,55 €	129 843,45 €	0,00 €	0,00 €	dez/20	dez/21	152 757,00 €	0,00 €	56 698,93 €	0,00 €	56 698,93 €	37,12%	
	2020.04-1	Construção de pontos de água	D6 07010413	E	0,00 €	22 913,55 €	129 843,45 €	0,00 €	0,00 €	dez/20	dez/21	152 757,00 €	0,00 €	56 698,93 €	0,00 €	56 698,93 €	37,12%	
	2021.01	Combate à Vespa velutina	D6 070108	O	0,00 €	2 250,00 €	12 750,00 €	0,00 €	0,00 €	jul/21	jul/22	15 000,00 €	9 600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2021.01-2	Desenvolvimento módulo SAGMC	D6 07011002	O	0,00 €	3 000,00 €	17 000,00 €	0,00 €	0,00 €	jul/21	jul/22	20 000,00 €	39 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2021.01-3	KR de combate	D6 07011002	O	0,00 €	3 000,00 €	17 000,00 €	0,00 €	0,00 €	jul/21	jul/22	20 000,00 €	39 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2021.01-4	Drones de vigilância	D6 07011002	O	0,00 €	553,50 €	3 136,50 €	0,00 €	0,00 €	jan/22	jul/22	3 690,00 €	33 210,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
2		FUNÇÕES SOCIAIS																
24		Serviços coletivos e habitação																
	2017.05	Elaboração do cadastro das Infraestruturas de água e saneamento em baixa no Douro	D6 070115	O	0,00 €	46 125,00 €	261 375,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	307 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-1	Aquisição de Ortofotomapas à escala 1:2000	D6 070115	O	0,00 €	46 125,00 €	261 375,00 €	0,00 €	0,00 €	dez/21	dez/21	307 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O	0,00 €	15 222,00 €	86 258,00 €	0,00 €	0,00 €	jan/21	dez/22	202 950,00 €	101 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	
	2017.05-3	Aquisição de Software	D6 070108	O														

Objectivo	N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	Rubrica Orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Montante Previsto		Montante Executado		Nível de execução memoriais anual	Nível de execução memoriais global		
					RG	RFP	UE	EMPR	Início	Fim	2021	Atas seguintes	TOTAL	Anos anteriores			2021	TOTAL
1 FUNÇÕES GERAIS																		
11	2019.02	Serviços Gerais de Administração Pública																
	2019.02-3	Autoridade de Transportes Intermunicipal																
	2020.02	Plano de Acção para a Redução tarifária																
	2019.02-4	Apoio Técnico e Jurídico à Concessão do SPTP																
	2019.02-5	Compensação SPTP																
	2020.02	Gestão de "EEC PROVERE DOURO 2020" e dinamização de Parceria																
	2020.02-3	Aluguer de viatura																
	2020.02-4	Site Internet																
	2020.02-5	Comunicação e Material Promocional																
	2020.02-6	Avaliador Externo																
	2021.01	Formação na Administração Local																
	2021.01-1	Serviços de formação profissional																
	2020.04	Segurança e ordem públicas																
	2020.04-2	DFCI Douro																
	2021.01	Campanhas de informação e sensibilização																
	2021.01-1	Combate à Vespa velutina																
	2021.01-5	Concessão do Plano de Gestão																
	2021.01-6	EPI																
	2021.01-6	Armadilhas																
2 FUNÇÕES SOCIAIS																		
24 Serviços coletivos e habitação																		
	2017.05	Elaboração do cadastro das infraestruturas de água e saneamento em baixa no Douro																
	2017.05-2	Aquisição de Serviços para a elaboração																
	2017.05-4	Controlo de qualidade																
	2018.01	Programa de Informação, Educação e Sensibilização para as Alterações Climáticas no Douro (PIESAC Douro)																
	2018.01-1	Desenvolvimento do PIESAC-ADV																
	2018.01-2	Plano de comunicação do PIESAC-ADV																
	2018.01-3	Materiais de informação e publicitação																
	2018.01-4	Eventos públicos de comunicação																
	2021.04	Sistema de Informação Cadastral Simplificada																
	2021.04-1	Promoção e Comunicação																
	2021.04-2	Qualificação dos funcionários municipais																
	2021.04-3	Consultoria técnica																
	2021.05	Combate à pandemia COVID-19																
	2021.05-1	Aquisição de bens																
	2021.05-2	Aquisição de Serviços																
25 Serviços culturais, recreativos e religiosos																		
	2017.08	Valorização Cultural e Turística do Caminho Português de Santiago - Caminho de Torres																
	2017.08-1	Desenvolvimento de Website																
	2017.08-2	Conceção e Desenvolvimento de Aplicação Mobile																
	2017.08-3	Marketing Digital																
	2017.08-4	Marketing Digital - Vídeos Promocionais																
	2021.03	Um Douro com História																
	2021.03-1	Produção e Execução de Eventos																
	2021.03-2	Transmissão dos Eventos																
	2021.03-3	Publicidade e Divulgação																
	2021.03-4	Assessoria de Comunicação																
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS																		
33 Transportes e Comunicações																		
	2020.01	Sinalização Turística do Douro																
	2020.01-2	Carta de Sinalização Turística																
	2020.01-3	Projeto de sinalização interpretativa																
	2020.03	Comércio e turismo																
	2020.03-1	Marketing Territorial																
	2020.03-1	Plano de Marketing Territorial																
TOTAL:																		
					0,00 €	2 197 020,89 €	398 582,89 €	0,00 €	4 754 917,10 €	4 451 517,91 €	9 206 435,01 €	1 668 343,95 €	2 595 603,78 €	2 763 947,73 €	54,55%	30,02%		



Alterações Orçamentais da Receita 2021

Rubricas	Tipo	Receita				Previsões	Observações
		Alterações orçamentais		Cred. Esp.	Previsões corrigidas		
		Inscr / Ref	Dimin / Anul				
R5 - Transferências e subsídios correntes							
R51 - Transferências correntes							
R511 - Administrações Públicas							
R5111 - Administração Central - Estado Português					1 627 830,00 €	1 627 830,00 €	
R5115 - Administração Local					1 163 200,00 €	1 163 200,00 €	
R512 - Exterior - U E					2 797 290,00 €	2 797 290,00 €	
R7 - Outras receitas correntes					890,00 €	890,00 €	
R9 - Transferências e subsídios de capital							
R91 - Transferências de capital							
R911 - Administrações Públicas							
R9111 - Administração Central - Estado Português					18 270,00 €	18 270,00 €	
R9115 - Administração Local					215 190,00 €	215 190,00 €	
R912 - Exterior - U E					477 330,00 €	477 330,00 €	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M				0,00 €	1 013 787,58 €	
TOTAL					6 300 000,00 €	7 313 787,58 €	
						0,00 €	
						0,00 €	

Alterações Orçamentais da Despesa 2021

Rubricas	Tipo	Receita					Previsões corrigidas	Observações
		Alterações orçamentais			Cred. Esp.	Previsões		
		Previsões iniciais	Inscr / Ref	Dimin / Anul				
D1 - Despesas com o pessoal								
D11 - Remunerações Certas e Permanentes	M	405 170,00 €	12 500,00 €			417 670,00 €		
D12 - Abonos Variáveis ou Eventuais	M	12 000,00 €				12 000,00 €		
D13 - Segurança Social	M	126 250,00 €	10 000,00 €			136 250,00 €		
D2 - Aquisição de bens e serviços	M/P	2 917 220,00 €	368 065,00 €	10 000,00 €		3 275 285,00 €		
D4 - Transferências e subsídios correntes								
D41 - Transferências correntes								
D411 - Administrações Públicas								
D4111 - Administração Central - Estado Português								
D4115 - Administração Local	M	138 890,00 €				138 890,00 €		
D413 - Famílias		49 200,00 €	11 000,00 €			60 200,00 €		
D414 - Outras		37 970,00 €				37 970,00 €		
D42 - Subsídios correntes	M	100,00 €				100,00 €		
D5 - Outras despesas correntes	M	1 844 550,00 €	500 000,00 €			2 344 550,00 €		
D6 - Aquisição de bens de capital	M	8 100,00 €	585,58 €			8 685,58 €		
	M	760 550,00 €	121 637,00 €			882 187,00 €		
TOTAL		6 300 000,00 €	1 023 787,58 €	10 000,00 €	0,00 €	7 313 787,58 €		



Objectivo	N.º do projecto / acção	Designação do projecto	Datas		Pagamentos				Modificação (+/-)											
			2021		Anos seguintes															
			Início	Fim	Dotação actual	Dotação corrigida	2022	2023		2024	2025	OUTROS								
1		FUNÇÕES GERAIS																		
11		Serviços Gerais da Administração Pública																		
11	2017.01	Instalações da CIMDOURO																		
	2017.01-1	Remodelação do edifício-sede	jan/21	dez/21	160 000,00 €	160 000,00 €														0,00 €
	2017.01-2	Aquisição de equipamento informático	jan/21	dez/21	3 000,00 €	5 000,00 €														2 000,00 €
	2017.01-3	Aquisição de Software	jan/21	dez/21	700,00 €	10 000,00 €														9 300,00 €
	2017.01-4	Aquisição de mobiliário	jan/21	dez/21	20 000,00 €	40 000,00 €														20 000,00 €
	2017.01-5	Aquisição de equipamento administrativo	jan/21	dez/21	0,00 €	10 000,00 €														10 000,00 €
	2019.02	Autoridade de Transportes Intermunicipal																		
	2019.02-6	SW de apoio à Autoridade de Transportes	jan/21	dez/21	24 360,00 €	25 830,00 €														1 470,00 €
	2021.02	D2GOV DOURO																		
	2021.02-1	Aquisição e customização de aplicações	jan/21	dez/21	4 640,00 €	30 930,00 €														26 290,00 €
		Segurança e ordem públicas																		
12		DFCI Douro																		
	2020.04	Construção de pontos de água	dez/20	dez/21	138 870,00 €	152 757,00 €														13 887,00 €
	2020.04-1	Combate à Vespa velutina	jul/21	jul/22	0,00 €	15 000,00 €			9 600,00 €											15 000,00 €
	2021.01-2	Desenvolvimento módulo SAGMIC	jul/21	jul/22	0,00 €	20 000,00 €			39 000,00 €											20 000,00 €
	2021.01-3	Kit de combate	jan/22	jul/22	0,00 €	3 690,00 €			33 210,00 €											3 690,00 €
2		FUNÇÕES SOCIAIS																		
24		Serviços coletivos e habitação																		
	2017.05	Elaboração do cadastro das infraestruturas de água e saneamento em baixa no Douro	jan/21	dez/21	307 500,00 €	307 500,00 €														0,00 €
	2017.05-1	Aquisição de Ortofotomapas à escala 1:2000	jan/21	dez/22	101 480,00 €	101 480,00 €			101 470,00 €											0,00 €
	2017.05-3	Aquisição de Software																		
		TOTAL			760 550,00 €	882 187,00 €			183 280,00 €		0,00 €			0,00 €						121 637,00 €

Objectivo	N.º do projecto / acção	Designação do projecto	Datas		2021			Pagamentos			Modificação (+/-)
			Início	Fim	Dotação actual	Dotação corrigida	Anos seguintes				
							2022	2023	2024	2025	
1		FUNÇÕES GERAIS									
11		Serviços Gerais da Administração Pública									
	2019.02	Autoridade de Transportes Intermunicipal	jan/21	dez/21	342 050,00 €	447 878,00 €					105 828,00 €
	2019.02-3	Plano de Ação para a Redução tarifária	jan/20	dez/21	153 250,00 €	153 250,00 €					0,00 €
	2019.02-4	Apoio Técnico e Jurídico à Concessão do SPTP	set/20	dez/21	1 502 500,00 €	1 896 672,00 €					394 172,00 €
	2019.02-5	Compensação SPTP									
	2020.02	Gestão da "EEC PROVERE DOURO 2020" e dinamização da Parceria									
	2020.02-3	Aluguer de viatura	jan/21	dez/21	16 100,00 €	16 100,00 €					0,00 €
	2020.02-4	Site Internet	jan/21	dez/21	1 540,00 €	1 540,00 €					0,00 €
	2020.02-5	Comunicação e Material Promocional	jan/21	dez/21	930,00 €	930,00 €					0,00 €
	2020.02-6	Avaliador Externo	jan/21	dez/21	3 080,00 €	3 080,00 €					0,00 €
	2021.01	Formação na Administração Local									
	2021.01-1	Serviços de formação profissional	jan/21	dez/22	212 120,00 €	212 120,00 €					0,00 €
		Segurança e ordem públicas									
	2020.04	DFCI Douro									
	2020.04-2	Campanhas de informação e sensibilização	jan/21	dez/21	4 470,00 €	4 470,00 €					0,00 €
	2021.01	Combate à Vespa velutina									
	2021.01-1	Conceção do Plano de Gestão	jul/21	dez/21	0,00 €	61 500,00 €					61 500,00 €
	2021.01-5	EPI	jul/21	jul/22	0,00 €	11 600,00 €					11 600,00 €
	2021.01-6	Armadilhas	jul/21	jul/22	0,00 €	24 800,00 €					24 800,00 €
2		FUNÇÕES SOCIAIS									
24		Serviços coletivos e habitação									
	2017.05	Elaboração do cadastro das infraestruturas de água e saneamento em baixa no Douro									
	2017.05-2	Aquisição de Serviços para a elaboração	jan/18	dez/22	1 284 100,00 €	1 284 100,00 €					0,00 €
	2017.05-4	Controlo de qualidade	jan/19	dez/22	69 160,00 €	69 160,00 €					0,00 €
	2018.01	Programa de Informação, Educação e Sensibilização para as Alterações Climáticas no Douro (PIESAC Douro)									
	2018.01-1	Desenvolvimento do PIESAC-ADV	mai/19	dez/21	40 100,00 €	40 100,00 €					0,00 €
	2018.01-2	Plano de comunicação do PIESAC-ADV	nov/18	dez/21	3 100,00 €	3 100,00 €					0,00 €
	2018.01-3	Materiais de informação e publicitação	jan/21	dez/21	3 440,00 €	3 440,00 €					0,00 €
	2018.01-4	Eventos públicos de comunicação	jan/21	dez/21	8 000,00 €	8 000,00 €					0,00 €
	2021.04	Sistema de Informação Cadastral Simplificada									
	2021.04-1	Qualificação dos funcionários municipais	jan/21	dez/21	4 430,00 €	29 520,00 €					25 090,00 €
	2021.04-2	Promoção e Comunicação	jan/21	dez/21	6 000,00 €	39 975,00 €					33 975,00 €
	2021.04-3	Consultoria técnica	jan/21	dez/21	3 380,00 €	22 472,10 €					19 092,10 €
	2021.05	Combate à pandemia COVID-19									
	2021.05-1	Aquisição de bens	jan/21	dez/21	2 500,00 €	2 500,00 €					0,00 €
	2021.05-2	Aquisição de Serviços	jan/21	dez/21	2 500,00 €	2 500,00 €					0,00 €

Objectivo	N.º do projecto / acção	Designação do projecto	Datas		Pagamentos				Modificação (+/-)			
			Início	Fim	Anos seguintes							
					2021	2022	2023	2024		2025	OUTROS	
				Dotação actual	Dotação corrigida	2022	2023	2024	2025			
25		Serviços culturais, recreativos e religiosos										
	2017.08	Valorização Cultural e Turística do Caminho Português de Santiago – Caminho de Torres										
	2017.08-1	Desenvolvimento de Website	abr/19	dez/21	15 230,00 €	15 230,00 €				0,00 €		
	2017.08-2	Conceção e Desenvolvimento de Aplicação Mobile	abr/19	dez/21	16 540,00 €	16 540,00 €				0,00 €		
	2017.08-3	Marketing Digital	abr/19	dez/21	47 240,00 €	47 240,00 €				0,00 €		
	2017.08-4	Marketing Digital - Vídeos Promocionais	jan/21	dez/21	67 650,00 €	67 650,00 €				0,00 €		
	2021.03	Um Douro com História										
	2021.03-1	Produção e Execução de Eventos	jan/21	dez/21	19 680,00 €	19 680,00 €				0,00 €		
	2021.03-2	Transmissão dos Eventos	jan/21	dez/21	6 150,00 €	6 150,00 €				0,00 €		
	2021.03-3	Publicidade e Divulgação	jan/21	dez/21	17 500,00 €	17 500,00 €				0,00 €		
	2021.03-4	Assessoria de Comunicação	jan/21	dez/21	18 300,00 €	18 300,00 €				0,00 €		
3		FUNÇÕES ECONÓMICAS										
33		Transportes e Comunicações										
	2020.01	Sinalização Turística do Douro										
	2020.01-2	Carta de Sinalização Turística	jan/21	dez/21	91 640,00 €	91 640,00 €				0,00 €		
	2020.01-3	Projeto de sinalização interpretativa	jan/21	dez/21	23 930,00 €	23 930,00 €				0,00 €		
34		Comércio e turismo										
	2020.03	Marketing Territorial										
	2020.03-1	Plano de Marketing Territorial	dez/20	dez/21	92 250,00 €	92 250,00 €				0,00 €		
		TOTAL			4 078 860,00 €	4 754 917,10 €	1 139 176,91 €	530 776,00 €	533 211,00 €	533 211,00 €	1 715 143,00 €	676 057,10 €

Operações de tesouraria 2021

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07 / 07	Operações de Tesouraria				
071 / 072	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria				
0712 / 0722	Cobrança de receita por conta de outrem / Entrega de receita cobrada por conta de outrem	7 124,09 €	132 992,02 €	138 688,21 €	1 427,90 €
0713 / 0723	Constituição e reforço de caucões e garantias / Devolução de caucões e garantias	0,00 €	5 348,96 €	0,00 €	5 348,96 €
0719 / 0729	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de oper. Tesouraria	1 113,52 €	342 076,63 €	167 070,45 €	176 119,70 €
	TOTAL	8 237,61 €	480 417,61 €	305 758,66 €	182 896,56 €



Entidade	Contrato		Valor do contrato	Preço contratual	Visto do Tribunal Contas		Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Obs.	
	Objecto	Data			N.º registo	Data	Data do 1.º pagamento	Trabalhos normais	RP	TM	TEO	Outros	Trabalhos normais	RP		TM
Planetiers	PIESAC Douro	14/mai/2019	69 900,00 €	69 900,00 €	-	-	-	5/ago/2020	40 098,00 €			85 977,00 €				a)
PI – Creative Stud	Desenvolvimento de website "Caminho de Santiago - Caminho de Torres	2/set/2019	49 500,00 €	49 500,00 €	-	-	-	30/dez/2019	15 221,25 €			60 885,00 €				a)
ADARME	Caminho de Santiago – Caminho de Torres: Campanha de Marketing Digital	2/set/2019	48 000,00 €	48 000,00 €	-	-	-	27/abr/2020	47 232,00 €			59 040,00 €				a)
GEDODOURO	Cadastro Infraestruturas AA e SAR - Lota 3	22/nov/2019	312 698,00 €	312 698,00 €	28/19/2020	21/set/2021	-	18/nov/2021	162 957,01 €			162 957,01 €				
GEDODOURO	Cadastro Infraestruturas AA e SAR - Lota 4	22/nov/2019	359 837,50 €	359 837,50 €	19/48/2021	10/dez/2021	-	23/dez/2021	96 017,47 €			96 017,47 €				
PROEF	Cadastro Infraestruturas AA e SAR - Lota 1	22/jan/2020	368 686,60 €	368 686,60 €	27/94/2020	24/set/2021	-		0,00 €			0,00 €				
Cristina Felgueiras	Monitorização e Avaliação do PIICIE	30/abr/2020	14 000,00 €	14 000,00 €	-	-	-	23/jul/2020	2 152,50 €			17 220,00 €				a)
António Moreira	Monitorização e Avaliação do PIICIE	30/abr/2020	14 000,00 €	14 000,00 €	-	-	-	23/jul/2020	2 152,50 €			17 220,00 €				a)
PROEF	Cadastro Infraestruturas AA e SAR - Lota 2	25/mai/2020	350 754,10 €	350 754,10 €	-	-	-		0,00 €			0,00 €				
TIS,pt	Rev doc e apoio lanc proc conc Riefa de Transporte Público da Passarelos	22/jul/2020	49 500,00 €	49 500,00 €	-	-	-	17/set/2020	36 531,00 €			60 885,00 €				a)
Pedro Seixas	Elaboração do projeto de Sinalização Turística do Douro - Fase I	28/out/2020	19 450,00 €	19 450,00 €	-	-	-	31/mar/2021	14 760,00 €			14 760,00 €				
Cristina Felgueiras	Monitorização e Avaliação do PIICIE	7/jan/2021	11 200,00 €	11 200,00 €	-	-	-	11/ago/2021	13 776,00 €			13 776,00 €				a)
António Moreira	Monitorização e Avaliação do PIICIE	7/jan/2021	12 250,00 €	12 250,00 €	-	-	-	11/ago/2022	15 067,50 €			15 067,50 €				a)
Blândina Queirós	Aquisição de serviços de Apoio à Gestão do PDCT Douro	7/jan/2021	18 000,00 €	18 000,00 €	-	-	-	19/jan/2022	18 000,00 €			18 000,00 €				a)
AAMM	Aquisição de serviços de advocacia e assessoria jurídica	17/fev/2021	74 800,00 €	74 800,00 €	-	-	-	1/set/2021	83 012,70 €			83 012,70 €				a)
ATTCEI	Estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos nos municípios da CIMEDURO	4/fev/2021	34 950,00 €	34 950,00 €	-	-	-	5/nov/2021	42 988,50 €			42 988,50 €				a)
Lmedia	Aquisição de Serviços de "Concepção e Produção de «Passaporte do Douro»"	25/fev/2021	38 900,00 €	38 900,00 €	-	-	-	20/ago/2021	47 847,00 €			47 847,00 €				a)
Irradiare	Assessoria técnica no contexto do projeto Integr@t@ncion	14/mai/2021	15 500,00 €	15 500,00 €	-	-	-	23/set/2021	19 065,00 €			19 065,00 €				a)
UCP	Elaboração do Plano de Marketing Temoribral (PMT) do Douro	27/mai/2021	48 950,00 €	48 950,00 €	-	-	-		0,00 €			0,00 €				
Irradiare	Assessoria técnica no contexto do projeto Discover Douro Duero	27/mai/2021	14 900,00 €	14 900,00 €	-	-	-	23/set/2021	14 661,60 €			14 661,60 €				
Lateral	Caminho de Santiago – Caminho de Torres: Campanha de Marketing Digital/Concepção e Produção de Vídeos	7/jun/2021	49 750,00 €	49 750,00 €	-	-	-	22/set/2021	61 191,27 €			61 191,27 €				
MOBILIDADE SUA	Revisão da Proposta de Rede da Concessão do Serviço Público de Transportes de Passajeiros	7/jun/2021	15 000,00 €	15 000,00 €	-	-	-	22/set/2022	18 450,00 €			18 450,00 €				a)
Vilas&Moutinho, Ld	Empreitada de "Construção de uma charca no lugar de Bispa, Lavandeira"	30/ago/2021	55 284,56 €	55 284,56 €	-	-	-	4/nov/2021	56 698,93 €			56 698,93 €				
Vitor Moreira	Prestação de Serviços de Apoio técnica à Autoridade de Transportes Intermunicipal do Douro".	8/set/2021	7 750,00 €	7 750,00 €	-	-	-	1/out/2021	7 750,00 €			7 750,00 €				a)
Geodouro	Prestação de Serviços para capacitação no âmbito da "Capacitação, qualificação e definição dos procedimentos e implementação no Sistema de Informação Cadastral Simplificada"	10/nov/2021	10 850,00 €	10 850,00 €	-	-	-	21/dez/2021	13 345,50 €			13 345,50 €				a)
AMDSFE	Aquisição de serviços para promoção, divulgação e acompanhamento do projeto de "Capacitação, qualificação, definição dos procedimentos e implementação no Sistema de Informação Cadastral Simplificada"	16/nov/2021	19 500,00 €	19 500,00 €	-	-	-									
TOTAL			2 063 910,76 €	2 063 910,76 €					828 975,73 €			986 815,48 €				

Tipo de contrato	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta Prévia		Parcerias p/ Inovação		Total	
	Nr. Contr	Preço contratua	Nr. Contr	Preço contratual	Nr. Contr	Preço contratual	Nr. Contr	Preço contratual	Nr. Contr	Preço contratual	Nr. Contr	Preço contratual	Nr. Contr	Preço contratual	Nr. Contr	Valor
Emissão de obras públicas		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	1	55 284,56 €		0,00 €	1	55 284,56 €
Aquisição de serviços		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	6	72 550,00 €		206 950,00 €		0,00 €	12	279 500,00 €
Locação ou aquisição de bens móveis		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	0	0,00 €
Concessão de obras públicas		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	0	0,00 €
Concessão de serviços públicos		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	0	0,00 €
Sociedade		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	0	0,00 €
Outros		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	0	0,00 €

Transferências e subsídios concedidos
2021

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução ocorrida no exercício	Observações
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
D4115 - Administração Local	Protocolo	Compensação encargos	AMVDS	60 200,00 €	49 200,00 €	49 200,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4115 - Administração Local	Protocolo	Compensação encargos	AMDSFE	60 200,00 €	10 800,00 €	10 800,00 €	0,00 €	0,00 €	
D413 - Famílias	PEPAL	Estágio PEPAL	Andreia Carneiro	37 970,00 €	5 488,37 €	5 488,37 €	0,00 €	0,00 €	
Total Transferências Correntes	-	-	-	98 170,00 €	65 488,37 €	65 488,37 €	0,00 €	0,00 €	
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL									
Total Transferências Capital	-	-	-	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
SUBSÍDIOS									
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/01	Compensação SPTP	António Augusto Santos	2 344 550,00 €	100 254,55 €	100 254,55 €	0,00 €	0,00 €	
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/02	Compensação SPTP	Alfandeguense	2 344 550,00 €	79 576,71 €	79 576,71 €	0,00 €	0,00 €	
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/01	Compensação SPTP	Auto Viação do Tâmega	2 344 550,00 €	198 702,39 €	198 702,39 €	0,00 €	0,00 €	
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/00	Compensação SPTP	CP	2 344 550,00 €	2 082,37 €	2 082,37 €	0,00 €	0,00 €	
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/01	Compensação SPTP	RODONORTE	2 344 550,00 €	219 148,25 €	219 148,25 €	0,00 €	0,00 €	
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/01	Compensação SPTP	STCV	2 344 550,00 €	83 618,66 €	83 618,66 €	0,00 €	0,00 €	
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/01	Compensação SPTP	TRANSDEV	2 344 550,00 €	1 261 838,99 €	1 261 838,99 €	0,00 €	0,00 €	
D42 - Subsídios Correntes	DL 6-B/2021, de 15/01	Compensação SPTP	USAB	2 344 550,00 €	30 461,61 €	30 461,61 €	0,00 €	0,00 €	
Total Subsídios	-	-	-	2 344 550,00 €	1 975 683,53 €	1 975 683,53 €	0,00 €	0,00 €	

Transferências e subsídios recebidos
2021

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução ocorrida no exercício	Observações
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES								
R5111 - Administração Central - Estado Português	OE2021	Funcionamento	Direcção Geral Autarquias Locais	380 100,00 €	342 096,00 €	38 004,00 €	0,00 €	
R5111 - Administração Central - Estado Português	RJSPTP	PART	Fundo Ambiental	342 050,00 €	371 730,37 €	-29 680,37 €	0,00 €	
R5111 - Administração Central - Estado Português	RJSPTP	PROTRANSP	Fundo Ambiental	594 165,00 €	496 673,98 €	97 491,02 €	0,00 €	
R5111 - Administração Central - Estado Português	FFP	GTFI	Fundo Florestal Permanente	23 800,00 €	10 710,00 €	13 090,00 €	0,00 €	
R5111 - Administração Central - Estado Português	RJSPTP	Apoio AT	Fundo Serviço Público Transportes	181 551,00 €	0,00 €	181 551,00 €	0,00 €	
R5111 - Administração Central - Estado Português	FA	Estudo Biorresíduos	Fundo Ambiental	75 000,00 €	0,00 €	75 000,00 €	0,00 €	
R5111 - Administração Central - Estado Português	Protocolo	Compart PROVERE	Turismo de Portugal	31 161,50 €	0,00 €	31 161,50 €	0,00 €	
R5115 - Administração Local	Lei 75/2013		Municípios e Comunidades Intermunicipais	1 163 202,50 €	925 751,66 €	237 450,84 €	0,00 €	
R512 - Exterior - U E	Fundo Coesão	Compart POSEUR	Agência de Desenvolvimento e Coesão	1 224 700,00 €	46 015,86 €	1 178 684,14 €	0,00 €	
R512 - Exterior - U E	FEDER	Compart NORTE2020	Agência de Desenvolvimento e Coesão	1 097 370,00 €	368 668,60 €	728 701,40 €	0,00 €	
R512 - Exterior - U E	FSE	Compart NORTE2020	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	475 220,00 €	42 442,87 €	432 777,13 €	0,00 €	
Total Transferências Correntes	-	-	-	5 588 320,00 €	2 604 089,34 €	2 984 230,66 €	0,00 €	
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL								
Total Transferências Capital	-	-	-	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
SUBSÍDIOS								
Total Subsídios	-	-	-	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

TERMOS DE APROVAÇÃO

Deliberação do Conselho Intermunicipal

Foram presentes, na 145ª reunião ordinária do Conselho Intermunicipal, realizada em 8 de junho de 2022, os documentos de Prestação de Contas do ano de 2021 da Comunidade Intermunicipal do Douro, que antecedem, num total de 76 páginas.

Após análise, os documentos a votação foram aprovados por unanimidade, com 18 votos a favor, 0 votos contra, e 0 abstenções, os quais se submetem à apreciação da Assembleia Intermunicipal, dando cumprimento à alínea s) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Presidente do CI

Vice-Presidente do CI

Vice-Presidente do CI

Carlos Santiago

Luis Machado

Nuno Gonçalves

Deliberação da Assembleia Intermunicipal

Foram presentes, na 3ª sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 15 de julho de 2022, os documentos de Prestação de Contas do ano de 2021 da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Após análise, os documentos a votação foram aprovados por _____, com ___ votos a favor, ___ votos contra, e ___ abstenções.

Presidente da Mesa

Vice-Presidente da Mesa

Secretária da Mesa

Luis Miranda Rei

José Manuel Marques

Alita Carvalho



Organização
das Nações Unidas
para a Educação
a Ciência e a Cultura



**Sítio Pré-histórico de Arte
Rupestre do Vale do Rio Côa**
Inscrito na Lista do
Património Mundial em 1998



Organização
das Nações Unidas
para a Educação
a Ciência e a Cultura



Alto Douro Vinhateiro
Inscrito na Lista do
Património Mundial em 2001



Organização
das Nações Unidas
para a Educação
a Ciência e a Cultura

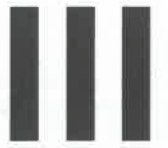
**Processo de manufatura da
olaria preta de Bisalhães**
Inscrito na Lista do Património
Cultural Imaterial da Humanidade
que necessita de Salvaguarda
Urgente em 2016

Comunidade Intermunicipal do Douro

Av. Carvalho Araújo, 7 | 5000-657 VILA REAL

☎ 259 309 732 | 📠 259 309 733

✉ correio@cimdouro.pt



Demonstrações Orçamentais



Relatório de Atividades e Gestão